



# Anais da Assembleia

Nº 131

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência:

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 037/91

DATA: 03 de outubro de 1991

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área descrita, a fim de que a população decida sobre a criação do município de Rio Bonito do Iguagu, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Laranjeiras do Sul, a fim de que a população decida sobre a criação do município de Rio Bonito do Iguagu:

"Inicia-se junto as cabeceiras do rio Crim, deste ponto segue o referido rio a jusante, até encontrar o reservatório da usina de Salto Santiago, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da represa de Salto Santiago até a barragem, deste ponto, ainda a jusante, agora pelo rio Iguagu, até encontrar o reservatório da usina de Salto Osório, segue margeando a referida represa até a foz do rio das Cobras, confrontando com terras dos municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo rio das Cobras até a ponte da Estrada de Rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguagu, confrontando com terras do município de Quedas do Iguagu; deste ponto segue pela referida Estrada de Rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do patrimônio Km 130, confrontando até o rio Xagu com o futuro município de Nova Laranjeiras e rio Xagu até o Km 130 com o município de Laranjeiras do Sul; da sede do Km 130, segue por linha reta de aproximadamente 7.000 metros, encontrando a estrada asfaltada BR-158 e a encruilhada da estrada municipal de Arroio Novo, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500 metros até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1991.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Berardin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Afonso Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Sessão de hoje destina-se à palestra que o Dr. Luiz Antônio Fayet, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, vai fazer nesta Casa.

Desejamos boas vindas ao ilustre Diretor e êxito total na sua explanação.

Concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano, para fazer a saudação ao nos-

so ilustre visitante, em nome do Poder Legislativo.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Dr. Luiz Antônio Fayet.

Incumbido pela generosidade da Mesa e de meus companheiros, de saudar o nosso ilustre palestrante, Dr. Luiz Antônio Fayet, faço-o com o novo alento dos paranaenses que observam a chuva boa e farta derramar-se sobre nossas terras agrícolas e nossas pastagens, encerrando um ciclo de estiagem que já preocupava.

Mas o novo alento, que nos move a todos, decorre também da nova política agrícola - concretizada pelas medidas do Governo da República tomadas na última semana - que visa atender o setor agrícola brasileiro com maior volume de recursos, redução dos juros contratuais e outras condições de estímulo à produção dos campos.

Esse verdadeiro "pacote positivo" sinaliza um retorno à produção que nos anima e conforta. Depois de anos subordinada à política monetarista dos economistas de traço urbano - quando não há prioridades de industrialização, abastecimento das cidades e exportação para criar divisas - a agropecuária volta a ser considerada aquilo que sempre deveria ter sido: um motor do crescimento indispensável num País com as características do Brasil.

Já se disse que uma lavoura bem tratada com fertilizantes produz melhor. Mas o melhor adubo da terra é um preço compatível para remunerar os esforços do produtor, justamente o que vem embutido no conjunto de providências adotadas pelo Governo da República.

Para apresentá-las, ninguém melhor do que o ilustre paranaense Dr. Luiz Antônio Fayet, economista e professor universitário, que foi presidente do BADEP e Deputado Federal; além de ter atuado na consultoria empresarial durante largos anos. Hoje ocupando a alta função de Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, o dr. Fayet tem se debruçado sobre o problema agrícola com olhos de estudioso, para deduzir soluções que reverterem nossa condição deficitária nos últimos tempos.

Por isso, será com satisfação que ouviremos a palavra de Sua Excelência, para discorrer sobre a redução dos juros contratuais a um nível capaz de ser suportado pela atividade rural; a incorporação automática do conceito de EGF aos contratos, de modo a permitir uma diluição das pressões de venda de safra, antes tão prejudicadas ao produtor que tinha necessidade de vender com urgência para liquidar seu contrato de financiamento; a correção automática do preço mínimo no mesmo índice da

variação das taxas incidentes sobre o empréstimo; a proteção tarifária contra importações extemporâneas de bens agrícolas e inúmeras outras disposições benéficas do novo pacote.

Antes de nos dispormos a ouvir o ilustre convidado, gostaria de enfatizar a importância de o novo modelo agrícola privilegiar as associações de produtores - como de resto ocorre nos países de agricultura desenvolvida. É que repousa sobre as cooperativas de produção e outras formas associativas, a responsabilidade principal de direcionamento do crédito; de assistência técnica para adoção de padrões de produtividade melhorados; de partilhamento de instalações e do capital de investimento; de recepção da safra e seu encaminhamento aos mercados. O prestigiamento das cooperativas é vital para que o Brasil reverta a tendência de queda de volume de suas safras e retorne rápido aos patamares de 70 milhões de toneladas ou mais, de grãos, fundamentais para dar tranquilidade ao abastecimento interno e garantir renda residual ao produtor através da ampliação das exportações.

Por último, quero manifestar ao Dr. Luiz Antônio Fayet a convicção de que um novo ânimo já se espalha pelos campos, em especial no Paraná. A intenção de plantio reascendeu-se e todos esperam que, com suas propostas de financiamento aprovadas, possam começar breve a lançar sobre a terra a semente que haverá de produzir em decuplo, segundo a parábola bíblica do semeador.

Que possamos semear larga e generosamente, para alimentar os brasileiros, retornar a prosperidade ao campo e gerar divisas para nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Dr. Fayet fará a sua explanação inicial e em seguida à sua explanação, os Senhores Deputados poderão dirigir-lhe perguntas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET - Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury; Senhores membros da Mesa; Senhores Deputados; meus amigos Prefeitos; Vereadores; Lideranças rurais que aqui estão; Senhoras; Senhores; meu prezado amigo Colombino Grassano.

Eu tenho uma grande satisfação de vir ao Parlamento paranaense nesta oportunidade, para reencontrar amigos e fundamentalmente trazer à discussão um problema que é fundamental para o País, mas é realmente de vida ou morte para o nosso Estado do Paraná: é a questão da política agrícola brasileira.

No ano passado tive a honra de ter sido convidado pelo Presidente Collor, para assumir uma diretoria do Banco do Brasil e

recriar a Diretoria de Crédito Rural, com o objetivo fundamental de reverter uma situação que se cristalizara, especialmente a partir de 1986, com a descapitalização contínua da agricultura e a perda da força do setor rural no quadro da economia brasileira. Esta missão foi muito clara para mim. Recebi orientação de que precisávamos estruturar novas bases de política agrícola, para que o País conseguisse resgatar a sua atividade rural que é a atividade fundamental e mais importante da economia brasileira. Com esta responsabilidade e com a responsabilidade em particular perante meus conterrâneos do Paraná, que sabem que fui para lá com uma missão que não é nem político-partidária, é uma missão da nossa sociedade - comecei um trabalho em maio do ano passado, e decorridos menos de um ano e meio depois, tenho a satisfação de poder vir aqui dizer que conseguimos dar os primeiros passos, mas a situação do setor rural brasileiro não está definitivamente resolvido.

Ainda existe muito a trilhar e assim sendo, acho que a gente precisava começar conceituando a situação do setor rural, quais os seus grandes obstáculos, os seus grandes problemas, e quais são as suas potencialidades. Eu diria que o setor rural brasileiro é o mais moderno segmento da economia, é o mais forte, é o mais competitivo, é o que absorve na maior velocidade as inovações tecnológicas e tem tido a capacidade de, apesar de todos os óbices, ser a peça fundamental do processo industrial brasileiro e do processo de exportação, para conseguir que o nosso País sobreviva no mercado internacional.

O setor rural brasileiro tem uma característica: da porteira para dentro ele é eficiente. Se o nosso produtor rural é bom como média, ele é consciente e ele é dedicado. Da porteira para fora, o setor rural brasileiro começa a ser massacrado por uma série de contingências, de fatores que vão lhe reduzindo o poder de competição, vão lhe reduzindo a capacidade de capitalização e conseqüentemente comprometendo o seu futuro.

Gostaríamos de situar pelo menos alguns grandes campos onde observamos as pendências externas, da porteira para fora, do setor rural brasileiro. Vou citar sem me preocupar com a ordem: o problema de recursos em quantidade e condições adequadas para esse setor; o problema da tributação; o problema dos sistemas de movimentação; o transporte, de um modo geral; os problemas de comercialização.

Vamos começar pelo que já conseguimos avançar: a questão dos recursos para o setor rural. Conseguimos fazer uma modificação de recursos de maneira a dispor, pelo menos, para os produtores da cesta básica,

para os grãos de um modo geral, recursos suficientes para ocupar as áreas disponíveis no território brasileiro com essas culturas. Mobilizamos várias fontes de recursos, fontes do Tesouro, do Banco do Brasil, da Caderneta de Poupança Rural, dos depósitos especiais remunerados, exigibilidades bancárias.

No ano passado, foram alocados para a safra de verão, cerca de três bilhões de dólares. Este ano, estavam previstos 3,8 bilhões de dólares. Com as medidas adicionais adotadas, este mês nós conseguiremos atingir 4,5 bilhões de dólares, uma vez e meia o que se alocou no ano passado.

Até este momento o Banco do Brasil, de 1º de julho a 10 de outubro, colocou 2,3 bilhões de dólares; sozinhos já colocamos mais da metade da previsão dos recursos para a safra de verão que se estenderão até fevereiro-março. Então, a questão dos recursos, além de redução de juros e outras medidas que foram tomadas, consideramos que ela já foi despiorada. Ainda conseguimos alguns recursos, escassos sem dúvida alguma, para atender cooperativas e recursos bastante razoáveis para o reequipamento do setor rural, mas ainda precisamos de muita coisa, por exemplo, para recuperação das terras com aplicação de calcário, adubação fundamental, coisas desse tipo. Entretanto, acho que começamos a dar os primeiros passos.

O segundo ponto que gostaria de atacar, é onde nós também conseguimos avançar um pouco. É a questão da comercialização. Vamos observar o seguinte: no Brasil, as taxas de intermediação comercial dos produtos rurais são extremamente altas. Ora, a soja vale duzentos e vinte dólares em Rotherdan.

Então, ou nós conseguimos chegar com a nossa soja lá, a duzentos e vinte dólares, ou alguém consegue e nós ficamos fora do mercado. Como é que se distribuem esses duzentos e vinte dólares? Uma parte vai para os fretes, para os portos, para os seguros, para a comercialização. O que sobra, é do agricultor.

Então, precisamos fazer sobrar bastante, para que a agricultura seja forte. E o que acontece no caso brasileiro? A comercialização, por exemplo, absorve uma parcela muito maior do que poderia absorver, porque os mecanismos de comercialização são extremamente deficientes. O agricultor tinha uma sistemática de venda ou de quitação dos seus compromissos, que o obrigava a vender toda a safra de uma vez só, na região centro-sul. Isto deprimia os preços, fazia com que a especulação predatória comprasse lá em baixo, fizesse uma estocagem estratégica e depois jogasse os preços lá em cima.

Então, estamos procurando neste momen-

to, através de várias ações de política agrícola e que não são específicas do Banco do Brasil fazer modificações para que estas coisas se modifiquem, que essa parcela absorvida pela comercialização seja reduzida, sobrando mais dinheiro para o produtor e, talvez, barateando os preços aos consumidores.

Vejam o que fizemos, o que já foi possível fazer: estamos fazendo uma proposta ao Congresso Nacional para mudar o sistema de classificação de produtos, incluindo não só empresas estatais mas as privadas no sistema de classificação. Criamos a partir de uma ideia desenvolvida pelo Banco do Brasil, na nossa Diretoria, felizmente um sistema de financiamento em que já se financia o custeio e a comercialização, tirando o agricultor daquela contingência de trinta, sessenta dias depois da safra ser obrigado a vender a mesma para quitar o custeio.

Então, agora, ele tem um parcelamento dos vencimentos que pode ir até 180 dias, permitindo que ele vá colocando, paulatinamente, as mercadorias no mercado. Isto lhe dá condições melhores de comercialização, melhores preços e, por outro lado, obriga a que ele mensalmente coloque uma parcela da sua produção no mercado, atendendo tanto ao produtor quanto a sociedade nas suas necessidades de consumo.

Na parte de comercialização, também tivemos grandes avanços. No caso dos mini e pequenos produtores rurais, a vinculação do preço do produto no financiamento, é na obtenção do financiamento como no pagamento do financiamento. E para todos os produtores grandes, médios e pequenos, que sejam ou não financiados, uma vinculação, que os preços mínimos dos produtores não terão variação inferior à correção dos financiamentos.

Isto é uma garantia de preços futuros aos nossos produtores rurais, porque, a agricultura é a atividade mais sacrificada com essas variações de curto prazo. Então, estamos abrindo para o setor rural, um horizonte de longo prazo na comercialização do produto que venha auferir.

Considero que esta questão da garantia das variações que apelidamos até de garantia antichoque seja talvez, o fator mais importante para estabilização dos preços do setor rural.

Estabelecemos também uma sistemática permanente de correção dos preços mínimos, de maneira a assegurar que o produtor, induzido até pela política de Governo, não venha a ser prejudicado por falta de comercialização no futuro. E estes problemas que estamos tendo hoje com o trigo, por exemplo, aqui no Paraná, em que faltam recursos para EGF, estaremos corrigindo através do mecanismo custeio-comercializa-

ção acoplados, como também abrindo ao setor privado, através de exigibilidades bancárias, a possibilidade de financiamento do trigo.

Esta semana estamos sentindo que a grande parte da demanda de EGF's nas agências do Banco do Brasil estão sendo atendidas. E a partir de hoje, quando o Banco Central formalizou a autorização para os bancos privados, começa-se regularizar o restante do problema, prevendo-se que até a semana que vem não tenha nenhum grão de trigo que não tenha tido a possibilidade de obter empréstimos para EGF.

Outro aspecto fundamental na questão comercial, é o estabelecimento de regras de intervenção governamental. O que temos observado no Brasil historicamente e até recentemente é que o Governo não tinha uma postura definida, clara, para intervir nos mercados.

Então observávamos por exemplo: quando estávamos colhendo arroz, o Governo fazia uma grande importação de arroz ou de milho e inundava o mercado, deprimia os preços e acabava com a estrutura de produção nacional.

Estabelecemos no Conselho Nacional de Política Agrícola - do qual eu tenho satisfação de fazer parte, junto com a iniciativa privada e com outras áreas do Governo - um mecanismo pelo qual se estabeleceu o sistema de intervenção estatal. Hoje, um administrador do Governo não pode livremente colocar mercadorias governamentais no mercado para regular preço.

Então, existe um arsenal de medidas que determina quais são as condições em que os estoques governamentais são colocados na comercialização, para proteger a sociedade das ações especulativas.

Mas por outro lado, essas regras também dão garantia ao setor produtivo de que ele não vai ser depredado por intervenções inadequadas dos mercados.

Então, essas são as questões que já estão andadas, estamos agora tentando uma nova revolução. Estamos criando um sistema de classificação de armazéns, que chamamos de "armazéns rede ouro" do Banco do Brasil. Armazéns que nós confiamos, pela sua postura, pelas suas características estruturais e pela sua capacidade operacional. Esses armazéns vão emitir os certificados de depósitos "warranty" e o Banco do Brasil vai garantir esses "warranty". Isso significa que um produtor pequeno, médio ou grande, de qualquer lugar deste País, deposita uma mercadoria nesses armazéns uma rede que vai ser altamente fiscalizada e classificada e emite-se um documento deste depósito; isto o Banco do Brasil passa a garantir.

Este fato vai obrigar outros Bancos a fazerem a mesma coisa. É fundamentalmente,

vai obrigar a criação de um mercado de papéis sérios, garantidos, referentes aos produtos agrícolas. Isto vai modificar integralmente o sistema de comercialização em bolsas. Vai permitir inclusive, dar um grau de confiabilidade tão elevado ao sistema de comercialização brasileira, que nós vamos poder operar nas Bolsas internacionais interligadas às nossas Bolsas.

Este é o esforço que estamos fazendo ainda tem coisa a fazer mas isto, até o fim do ano, pretendemos completar e para isso, precisamos da liberalização da classe do sistema de classificação de mercadorias no Brasil.

Não podemos ficar escravizados, nem por um monopólio particular, nem por monopólio estatal. Temos que ter um sistema competitivo de empresas estatais e de empresas privadas eficientes também.

O terceiro ponto que gostaria de abordar, é a questão da movimentação de safras, onde entra uma pontinha do sistema de armazenagens, mas fundamentalmente, o sistema de transportes.

Vou fazer uma afirmação estarrecedora para os senhores: vemos o dia inteiro as pessoas se queixarem, os agricultores se queixarem dos juros do crédito rural, particularmente do Banco do Brasil porque é estatal. Mas vou dizer uma coisa: soja colocada num navio no Porto de Paranaguá, do seu preço, o custo do crédito rural que sustentou a produção, que correu o risco do sol, da chuva, de tudo. O crédito rural representou 4%; para passar num porto, sair de um caminhão, de um vagão, esta soja paga 5.41%. É mais caro passar num porto brasileiro - e o exemplo de Paranaguá, não é porque Paranaguá seja a pior não, é o melhor - por que o sistema portuário brasileiro tem custos tão elevados, que cobra mais das mercadorias do que o próprio preço do financiamento para a sua produção.

É uma solução que temos que encontrar. O Governo mandou um projeto de lei, o Executivo mandou um projeto de lei ao Congresso Nacional, propondo a abertura dos portos. Essa decisão é fundamental, precisamos provocar uma competição sadia no sistema portuário, para que estes preços caiam.

Temos evidentemente, outros problemas. Temos aqui alguns especialistas, inclusive, nesta questão: sistema de transportes rodoviário e ferroviário. Só que não são soluções de curtíssimo prazo.

Temos que resolver o sistema de transportes no Brasil.

Vemos, agora, um projeto que foi feito pelo Governo, chamado "Corredor Norte", usando o Porto da "Vale do Rio Doce", em São Luiz do Maranhão - trecho ferroviário da "Vale do Rio Doce", mais o trecho da

"Norte-Sul" e mais a rede rodoviária.

Usando este sistema viário, conseguimos reduzir em cerca de 30 dólares o frete global do soja, posta Rotterdam.

Então, um produto que lá em Rotterdam custa 220 dólares, economizar 30 dólares, 35 e até 40 dólares, talvez, representa uma economia substancial. Porque este dinheiro que nós não vamos desperdiçar num frete abusivo, vai se transferir para o produtor rural.

Evidentemente, lá as coisas estavam prontas para se fazer isto. Fazer aqui, no nosso Estado, na região Sul do Brasil, representa investimentos maciços e muito fortes.

Talvez não se tenha uma solução de curtíssimo prazo. Pode-se melhorar alguma coisa, agora os Portos, o prazo sempre será um pouco maior. Mas, gostaria de deixar esta lembrança aos meus companheiros do Legislativo, da importância deste fato.

E, por último, talvez a coisa mais importante. Estou deixando, talvez para a parte de debates, algumas coisas específicas do pacote.

Mas, a parte fundamental para o setor agropecuário brasileiro, hoje, é a questão tributária.

Esta questão tributária não é um problema do Governo Federal, dos Estados ou dos Municípios.

É um problema da sociedade brasileira, como um todo. O brasileiro é um povo pobre, comumente. De pobre para miserável. E ele sofre uma das maiores cargas tributárias do mundo. A carga tributária no Brasil é semelhante a da Suécia. Isso é inaceitável, porque não temos o mesmo padrão de riqueza.

Temos alguns estudos feitos - inclusive e por exemplo, pela União Brasileira de Avicultura - em que mostra que uma família que ganha, no mês, meio salário-mínimo, teve uma tributação de 11% só de ICMS.

Meio salário-mínimo não dá nem para comer, para sobreviver. E ainda paga 11% de ICMS.

Então, minha gente, esta questão tributária tem uma importância transcendental. Tenho alguns exemplos, esse do soja, por exemplo, em que o crédito rural representou 4%, o trânsito portuário, 5,4%. A tributação, fundamentalmente de ICMS, representa 23%, porque ela é cumulativa e muitas vezes, impossível de ser recuperada.

A tributação, a partir de 1988, da Constituição de 1988, teve um desenvolvimento de escalada, no Brasil.

Passamos a ter tributação sobre transportes, sobre telecomunicações, sobre energia, sobre combustíveis.

Então, há uma ampliação substancial deste processo tributário.



O que achamos e entendemos que tem que ser feito, é um retorno a níveis de tributação absolutamente aceitáveis, porque a tributação excessiva estimula a sonegação. A sonegação representa a criação de um mau hábito, de um desvirtuamento, e paralelamente, de perdas substanciais do próprio erário público.

Estamos entendendo que há necessidade de reduzirmos imediatamente a carga tributária, especialmente sobre os produtos primários.

Não há produto do setor rural que tenha menos de 25% de tributação!

Em média, esta tributação ronda os 30%. Não é possível que a agricultura brasileira seja confiscada por um processo tributário desta natureza.

E esta missão, de mudar este quadro é nossa, é pluripartidária. Isso tem que ser num processo de mutirão, como implantarmos o pacote agrícola.

O pacote agrícola são idéias nossas, mas são idéias colhidas de toda a sociedade, e foi possível implantar porque fizemos um mutirão, um mutirão da Bancada rural, que não tem preocupações partidárias, só tem preocupações com o País.

Isso nós temos que fazer aqui.

E quero inclusive estimular a Assembleia Legislativa do Paraná, para que dê um passo positivo também.

Li uma entrevista do Governador do nosso Estado, dizendo que vai propôr a redução da tributação ao CONFAZ. Quero pedir o apoio da bancada rural, da bancada que se preocupa com os problemas da agricultura, mas sobretudo da bancada paranaense que se preocupa com seu povo, com o povo do seu País!

Precisamos, urgentemente, reduzir a carga tributária. Se a carga tributária não for resolvida, não teremos condições de equacionar a agricultura brasileira.

Hoje, a incapacidade da agricultura se capitalizar está no excesso de tributação. Amanhã de manhã, estarei no Rio Grande do Sul, e lá nós estamos tratando do problema da falência do setor da carne. A carne talvez seja um dos problemas mais críticos.

Aqui a questão ainda não se afigurou da mesma maneira. A tributação da carne, para uma empresa que trabalha cumprindo integralmente os seus compromissos fiscais, chega na escala de 45%. Então, alguém que chega no açougue e paga 1.000 cruzeiros, na verdade, está pagando 550 pela carne e 450 de imposto.

Esta mudança é talvez a Mensagem mais importante que eu poderia deixar.

Vamos nos dar as mãos legisladores, Poder Executivo, a sociedade como um todo, assim, vamos conseguir mudar o setor rural brasileiro, tornando-o mais rico.

Ele sendo mais rico é mais independente, e só o homem independente pode chegar à plenitude democrática. Ele, com dinheiro no bolso, vai escolher o seu médico, a sua escola, ele não é um escravo de um sistema estatal.

Esta é a idéia que eu tenho, este é o caminho que eu procuro seguir. O que já fizemos, neste pacote agrícola, é um pedaço, o que eu quero é chegar a este quadro que não se faz do dia para a noite.

Eu mesmo levei um ano e meio, e nesse um ano e meio, muitas vezes eu fui oposição dentro do próprio Governo, porque as minhas idéias - por exemplo, na safra passada - não foram aceitas, aquelas mesmas idéias hoje estão consolidadas. Por quê? Porque houve uma mobilização da sociedade brasileira, que impôs, que impôs ao poder decisório este pacote da Agricultura! Vamos fazer o nosso próximo mutirão contra a tributação, e a partir deste primeiro passo tenho certeza que a agricultura brasileira será muito mais forte, e por via de consequência, o nosso País será muito melhor!

Estas eram as minhas palavras iniciais, e me coloco à disposição dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados que desejarem fazer perguntas ao Senhor Diretor, poderão fazê-las diretamente, por 5 minutos, no máximo.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Doutor Fayet, concordamos plenamente com sua explanação, mas temos algumas preocupações.

Uma delas é com relação a um programa que acredito seja de fundamental importância para a agricultura brasileira, que seria na questão de um dos insumos - que considero que dá uma das respostas mais rápidas à agricultura - que é o problema do calcário. Nós precisaríamos, na minha opinião, de que voltasse uma linha de crédito com financiamento a longo prazo para o calcário. Esta é uma das questões.

Uma outra questão que o senhor levantou, foi a questão da tributação, comercialização e transporte. E o senhor não levantou-o - que eu acredito que é uma das grandes preocupações do Paraná -, com relação ao MERCOSUL. Eu acredito que o Paraná e Santa Catarina serão os Estados que terão o maior prejuízo com essa abertura do mercado aqui do Sul.

Uma outra questão é a das tarifas portuárias. Gostaríamos de saber do senhor, se realmente confirma esta indagação de que, para que se transporte uma mercadoria - no caso do soja - a granel, temos que pagar inclusive tarifa para o Sindicato dos Encacadores dos Portos, se confirmaria

essa afirmação.

E essa questão da tributação que o senhor vem falando, não realmente temos conversado inclusive com o Governador do Estado do Paraná, e ele está disposto - no caso, por exemplo, dos defensivos agrícolas e dos agrotóxicos em geral - a isentar de impostos, mas sempre caímos no problema do CONFAZ. O senhor falou da Bancada Rural, mas nós acreditamos que realmente precisa e há, se não me engano, um Estado apenas, que não quer dar essa isenção, que achamos de fundamental importância.

Então, seriam essas as questões que eu gostaria que o senhor nos falasse.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Prezado Deputado Silvestri, eu agradeço as colocações. Concordo integralmente que calcário é hoje um ponto crítico, calcário não se amortiza numa safra. Estamos tentando ver se conseguimos recursos específicos para esta questão. O senhor sabe que temos recursos escassos e temos que fazer uma opção.

Este ano a opção foi custeio, fazer girar essa máquina que está montada aí, que é a agricultura brasileira. Nesse momento, estamos numa discussão com o Banco Mundial, uma linha chamada PNDR, e também com o BNDS, tentando que esses dois organismos que têm recursos de longo prazo, façam um acordo de repasse através do Banco do Brasil e de outros Bancos, inclusive para calcário.

Essa sua observação é correta, nós temos essa preocupação e pretendemos ainda nos próximos seis meses, obter o fechamento do acordo com o Banco Mundial, na linha PNDR.

Segundo ponto, a questão do MERCOSUL. Eu, particularmente, me preocupo muito, porque no Paraná temos uma particularidade; na região Sul temos uma particularidade: a nossa economia é muito similar à da Argentina, e a natureza beneficiou a Argentina com condições realmente privilegiadíssimas -, então, a nossa capacidade de concorrer com alguns produtos, até por atraso tecnológico provocado por intervenções indevidas do sistema governamental, deixa muito exposta a nossa economia.

Nós conseguimos, no caso do trigo, criar uma barreira transitória. Observe que foi um esforço pessoal meu muito grande - porque isso está muito no meu sangue, essa economia tritícola - nós conseguimos criar uma tributação a partir do dia 30 de setembro, tributação de importação de 25%. Daqui há um ano ela cai para 20, 15, 10, e permanecerá em 10%. Acho que temos que nos preocupar muito com isso, e fazer inclusive uma tributação seletiva, porque senão a economia do Sul do Brasil pode se vulne-

rabilizar demais.

Quanto à possibilidade de sermos atacados por produtos oriundos de outras regiões do mundo onde existam subsídios - por exemplo, trigo americano, carne europeia, leite europeu -, foi criado um mecanismo de tributação compensatória, que tributa uma alíquota tal que compense os subsídios recebidos na origem. Então, acho que com isso nós nos defendemos, mas do MERCOSUL concordo que vamos ter uma ação enérgica. Inclusive acho que a melhor defesa que nós temos é melhorar as condições dos nossos setores produtivos, para que a capacidade competitiva seja ampliada.

Com a questão dos portos, o desdobramento: se há remuneração dos sindicatos, isso não poderia lhe dar uma colocação fidedigna neste momento, mas vou tomar a liberdade de lhe encaminhar posteriormente. Só quero lhe dizer que esta soma é realmente abusiva e custa mais caro que o crédito rural.

Com relação ao ICMS, temos uma questão muito complexa que é a do CONFAZ, sem dúvida alguma. Entretanto, os Estados têm uma certa flexibilidade. Acho que a curtíssimo prazo deveríamos adotar os deferimentos dos insumos. Todos os deferimentos que fossem possíveis. E começar uma guerra. Afinal de contas, nós, políticos, sabemos que há uma interligação entre todos os escalões políticos. São vereadores, deputados, prefeitos, senadores, governadores. Então, temos que fazer um mutirão. A decisão vai ser no Congresso Nacional, mas temos que começar essa mobilização. Se a bancada paranaense se mobilizar no Congresso Nacional, ela realmente tem representatividade. E essa mobilização eu encorajaria que começasse por aqui, pelos nossos Deputados Estaduais, que vivem este problema da terra mais do que qualquer outro Estado. Acho que com um esforço dessa natureza, podemos reverter.

Agora acho também que a gente não pode se acomodar. A sociedade como um todo, as lideranças do setor privado. E temos que atacar o CONFAZ. O CONFAZ é um cartório, na minha opinião, que não interessa ao Paraná. Interessa à economia industrializada do Brasil e não somos a grande economia industrializada do Brasil. O CONFAZ foi montado para proteger a indústria brasileira do ataque da indústria estrangeira. Muitas vezes esta proteção tem sido lesiva a nós, que precisamos de insumos baratos; a nós, que precisamos de máquinas mais eficientes.

Encorajaria a que atacássemos este cartório, porque ele é inaceitável. Temos que reverter isto. Não podemos imaginar que seja uma montanha na nossa frente, inexpugnável. Vamos nos unir, por isto que eu digo num mutirão e vamos resolver estes

nostros problemas.

Se não reduzirmos a carga tributária, a agricultura brasileira no ano que vem estará de joelhos, de pires na mão, pedindo novamente clemência. Porque mesmo que se reduza a zero a taxa de juros, isto significa uma insignificância. Se eu reduzir a taxa de juros a zero hoje do crédito rural, posso baixar a incidência de 4 para 2,5% do preço final do produto. Em compensação, cada ponto que mezo na tributação meze 1% realmente no preço final. E tem um detalhe: a renda do setor rural, normalmente, é um terço do preço final do produto. Se tiro 1% no preço final, que é três vezes maior, dou 3% de acréscimo de renda para o produtor. Se eu reduzir a tributação de 25 para 15, como média, estes 10% representam acréscimo de renda de 30% para o produtor rural.

Acho que vale a pena lutar. Temos que lutar por isto.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Dr. Fayet, tenho três questões para colocar.

Primeiro, é sobre um dado que tive acesso de que na última safra apenas 30% dos produtores do Paraná tiveram acesso ao crédito rural. Isto ocorre pela seleção que o banco vem fazendo através das exigências, através do movimento bancário, através de cadastros, da burocracia, etc., para que o produtor tenha acesso ao banco. Grande parte dos pequenos produtores fica marginalizada no acesso ao crédito neste sentido.

Da mesma forma se sabe que os grandes montantes de liberação de crédito, se dão para médios e grandes produtores. Houve aqui inclusive um relato, até uma denúncia do Líder do PRN, Deputado Rossoni, há alguns dias, que numa cidade, na cidade dele se não me engano, de Bituruna um ou dois produtores tiveram para si o total de crédito que o banco liberaria naquela cidade. Temos dados, sabemos, todo o mundo sabe, que a pequena propriedade no Paraná, por exemplo, aproximadamente mais de 400 mil pequenas propriedades, de até 50 hectares, compõem aproximadamente 90% das propriedades do Paraná e que estas são as grandes responsáveis pelos produtos que vão para a mesa do povo brasileiro, no caso 71% da produção de arroz, 78% da produção do feijão, 60% do milho vêm dessas pequenas propriedades, no entanto, esses lavradores, numa descapitalização tremenda que vem ocorrendo há muito, ficam praticamente inviabilizados no acesso a esses recursos. Inclusive na questão do pacote que saiu

agora, a política de vinculação dos preços garante ao produtor que tem acesso ao financiamento, através de garantia da correção do financiamento, como o Senhor expôs agora há pouco com o aumento do produto e até a possibilidade de prorrogação de prazo em função de que ele vai ficar devendo em sacas de produtos o financiamento. A nossa preocupação é esta forma de entendimento de acesso desses créditos ao pequeno produtor e também aquele que não vai ao banco, como ele vai ter essa mesma garantia para produzir na sua propriedade? Esse é um dado que eu gostaria que Vossa Excelência colocasse alguma questão nesse sentido.

Outro dado, na questão dos investimentos. Os produtores, no geral, no País vêm tendo muito poucas condições de investimentos para equipamentos na sua propriedade, para aquisição de máquinas, infraestrutura para propriedade, etc. e que apenas 2% dos recursos rurais nesta área de investimento o ano passado. Eu gostaria de saber se o Banco do Brasil tem como repensar isso, de viabilizar um crédito em melhores para os investimentos que estão sucateados dos produtores rurais.

E a última questão é a respeito do PROAGRO. No pacote último, o PROAGRO tem para o feijão um custo de 10% do valor do contrato e mais 2% para aquele que não tiver um plantio técnico para apresentar junto ao Banco; quer dizer aquele que não tiver um plano técnico vai ter um custo de 12% do PROAGRO no custeio do seu financiamento. Gostaria de saber se não é demais um custo desse para o PROAGRO e o outro é que o PROAGRO segura 80% do valor adquirido do financiamento, do valor financiado e por que não a garantia do total se o produtor está pegando um total no banco para financiamento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET - Eu agradeço as questões de Vossa Excelência, isso permite esclarecer uma série de questões interessantes.

Realmente, mais ou menos 40 a 50% da produção brasileira é financiada através do sistema financeiro, a outra metade é financiada pelos próprios produtores. Caracteristicamente os mini e pequenos produtores, até médios, são responsáveis pelos produtos da cesta básica. Historicamente nós temos observado e eu me dediquei muito até, como eu não conseguia fazer tudo o que eu queria, eu tive até tempo para estudar profundamente alguns aspectos desta política agrícola. Um terço dos recursos são absorvidos pelos grandes, um terço pelos médios e um terço pelos mini e pequenos. Esta categoria de médios, mini e pequenos é a categoria fundamental para a



qual temos que trabalhar, porque é quem vive da atividade, vive ali na propriedade normalmente. Então, esta é, historicamente, a distribuição. Nós percebemos como nem todos os produtores rurais têm financiamento e como nós queremos que eles sejam independentes de financiamento, nós criamos condições externas para que ele não precise recorrer ao financiamento. Um deles é essa equivalência produto na verdade, que eu me referi, que a variação do preço mínimo não seria inferior à variação de um custo de financiamento, mesmo que o produtor não tome financiamento, de maneira que, haja uma garantia de que ele não vai ter os preços dos seus produtos aviltados, por algum choque econômico.

Então esta medida me parece que é a fundamental para assegurar uma estabilidade de preços e a garantia de aquisição pelo Governo federal dos produtos quando os preços estiverem abaixo do que realmente estabelece o preço mínimo.

Então me parece que este caminho nós conseguimos melhorar substancialmente a situação, tanto dos financiados como dos não financiados.

Uma outra medida que nós adotamos foi através de uma resolução do Banco Central 1973, esse é um empenho pessoal meu e aqui neste plenário hoje tem pessoas que têm testemunhado as minhas lutas pessoais, as vezes perco, como já perdi muitas, para tentar dar um arcabouço de defesa do pequeno e médio produtor rural, para dar estabilidade à comercialização. Então nós conseguimos fazer uma mudança pela qual eu fui muito apedrejado.

Até o ano passado as instituições financeiras eram obrigadas a aplicar 60% dos recursos da chamada exigibilidade. Exigibilidade é uma parcela dos depósitos à vista. Ele não é obrigado a aplicar 60% dessa exigibilidade a 9% ao ano mais correção monetária, sem dizer para quem. Este ano através da Resolução 1973 foi obrigado a que esses 60% dos recursos fossem aplicados em mini, pequenos produtores rurais a 9%. Isso inclusive criou uma tremenda celeuma, porque as instituições diziam que tinham dinheiro sobrando para mini, pequenos produtores, o que não era verdade. Então nós criamos um mecanismo que permite um banco que tem sobra de dinheiro e falta de clientes conseqüentemente, trocar aplicações com um banco, como é o caso do Banco do Brasil que é um banco muito interiorizado e que sempre tem uma demanda de mini, pequenos produtores muito grande. Então é possível um banco de cidade me dar o dinheiro dele que eu faço a aplicação e cumpro perante o Banco Central a exigibilidade dele, porque eu atinjo o objetivo, que é operar recursos para os mini, pequenos produtores rurais.

Então nós criamos todos esses mecanismos e isto realmente deu uma proteção fantástica ao mini, pequeno produtor financiado.

Nós conseguimos através desse sistema direcionar uma carga de recursos muito mais forte. Agora eu quero lhe dizer que a bem da verdade é um terço para cada grupo.

Eu inclusive registrei aqui esta questão de Bituruna, para providenciar uma resposta que vou lhe mandar pessoalmente.

Bituruna é uma região que eu conheço bem, porque eu fiz política lá, faço política lá. É uma região que tem uma área de produção rural muito pequenininha, então provavelmente o custeio da erva-mate, o custeio florestal, que são grandes empresas absorvam uma parcela muito grande.

Se Bituruna tivesse uma estrutura tipo Toledo, isso jamais aconteceria. Então pode até ter acontecido com uma distorção da estrutura econômica do município e não como intenção do banco, porque o banco posso lhe garantir que não tem nenhuma proposta hoje no Banco do Brasil que não esteja atendida, mini, pequena ou grande, qualquer tamanho.

A questão da FINAME Rural, isso é uma briga pessoal minha, tenho 30 anos de briga desse tipo, porque sou funcionário mais antigo do Banco de Desenvolvimento do Paraná, lastimavelmente extinto.

Nós estamos trinta anos discutindo com o DNDS, eu conheço profundamente essa questão de financiamento, FINAME e desde o ano passado eu tentava modificações nas normas da FINAME, agora dia 4 eu consegui as últimas.

Essas modificações estão sendo formalizadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDS, uma norma deles e a semana que vem o Senhor, os produtores da sua região, os produtores do Brasil inteiro vão ao Banco do Brasil, terminou a formalização do contrato de financiamento de uma moto bomba, de um arado, de um trator, de uma colhedeira automotriz, na hora ele sai com o bem financiado, o fornecedor sai com o seu dinheiro e o Banco do Brasil sai com o contrato de financiamento.

Vai ser chamada operação de balcão, que era um dos meus sonhos, talvez a minha maior vitória pessoal nesse pacote, porque isso vai permitir a desburocratização da recuperação da estrutura mecanizada da agricultura brasileira. E a outra questão é do PROAGRO: o PROAGRO tinha um sistema de cobrança sobre valores variáveis. Isto não deixava as pessoas que não lidam com dinheiro todo o dia, visualizar qual era o valor real que estava pagando. Então, com a mudança que nós introduzimos agora o produtor fica sabendo exatamente quanto está pagando e isto transpareceu como se tivesse havido um aumento das tarifas do

PROAGRO. O PROAGRO é um seguro e um seguro caro. Isto porque a atividade rural é uma atividade de altíssimo risco e o feijão por ser uma lavoura muito sensível é dentro as diversas lavouras de altíssimo risco. Então, isto determina que quanto maior o risco maior o prêmio a pagar. Essa diferença, com assistência, sem assistência, porque essa assistência é a mesma coisa que por exemplo o seguro de um automóvel que é dirigido por um motorista habilitado por um que não está habilitado tecnicamente. Então isto tem diferenças também de risco. Por esta razão é que tem esses prêmios. Mas eu gostaria de lhe dizer que de qualquer maneira existe um certo subsídio nesse sistema de PROAGRO, sem o que nós não conseguiremos dar uma certa segurança ao produtor rural brasileiro. Pode ter certeza que eu tenho esta preocupação comigo. Eu acho que a gente tem que tentar dar umas garantias mínimas ao produtor rural a que ele possa ter uma certa estabilidade de vida. Não nos interessa, para o agricultor particularmente, que ele seja submetido a especulação e nem que ele faça especulação que ele tenha uma vinda sempre regularizada. E a nossa preocupação esteve embutido quando nós trabalhamos sobre as normas do PROAGRO.

O SR. NELSON JUSTUS - Dr. Fayet, eu desejo felicitá-lo por sua fala até aqui e por extensão o faço a todos aqueles que tornaram possível a sua vinda aqui hoje. Nós brasileiros que temos esperança por profissão ainda não a perdemos e concordamos perfeitamente com o que o senhor falou a respeito do CONFAZ, mas a minha pergunta é bastante direta. Diz respeito ao PROAGRO, por isso eu aproveito a carona do que o senhor falou há poucos instantes. Existem ainda indenizações pendentes do ano passado do PROAGRO. A minha pergunta é se elas serão pagas logo e se serão corrigidas?

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Meu querido Deputado, eu agradeço a sua colocação que permite esclarecer as raízes dos problemas que nós estamos enfrentado hoje. Outro dia usei uma palavra talvez um pouco mais chulo para dizer que quando nós assumimos o Governo essa questão da agricultura estava uma verdadeira maçaroca. Para que os Senhores tenham uma idéia, desde que eu entrei no Banco, nós já fizemos em torno de 170 mil recomposições de dívidas com produtores rurais. Cento e setenta mil em menos de um ano e meio. O senhor imagine que situação de descabro estavam essas relações produtor e sistema financeiro da agricultura. E no PROAGRO nós tínhamos um estoque de quase trinta mil processos, alguns com cinco anos de idade e que não

tinham sido julgados. Depois desse estoque de trinta mil nós tivemos uma tremenda frustração de trigo no ano passado, tivemos uma tremenda frustração nas safras de verão. Então foram provavelmente mais de 30 mil processos entrados. Nós fizemos um mutirão, essa questão do PROAGRO era administrada pelo Ministério da Agricultura e Banco Central, fizemos um mutirão em que o Banco do Brasil cedeu uma equipe de funcionários muito grande e também montamos com o Senhor Ministro da Agricultura um esquema de descentralização das juntas do PROAGRO, julgamento PROAGRO, criamos uma aqui no Paraná, por exemplo, e com isto conseguimos, nós já conseguimos desses 60 mil processos, liquidar aproximadamente cinquenta mil. Ainda faltam dez mil. Nós pretendemos, até o fim do ano, limpar todo esse estoque e o que poderia lhe dizer, é que nós tínhamos um problema sério que foi modificado no pacote também. Veja a dimensão do pacote. Nessa nova conversa nós estamos descobrindo coisas que a maioria da população não se apercebeu. Nós transferimos a administração do PROAGRO que era do Tesouro Nacional para o Banco Central. Por quê? Porque o dinheiro entrava no Tesouro Nacional e era contabilizado. Entrou um cruzeiro aqui. Seis meses depois, ele ia pagar um PROAGRO. Como o prêmio é corrigido monetariamente, aquele um cruzeiro já tinha que ser lastro para dez cruzeiros. Então criava uma figura de déficit do programa PROAGRO quando na realidade, fazendo-se correção monetária dos prêmios, correção monetária das indenizações, nós vimos que o programa é razoavelmente equilibrado. Por esta razão, nós transferimos para o Banco Central. O Banco Central agora recolhe os prêmios pagos pelos produtores e se obriga a corrigir monetariamente e remunerar esses recursos, de maneira que quando ele tiver uma eventualidade de pagar uma indenização, ele tem lastro para pagar e nós observamos que o PROAGRO é um programa equilibrado, compatível e então isso nós conseguimos eliminar: a causa dos desencontros entre produtores e sistema financeiro por causa do PROAGRO.

Nós temos um residuozinho para limpar. É um residuozinho de cem bilhões de cruzeiros mais ou menos e há um compromisso. Estamos elaborando um projeto de lei e deve dar entrada por esses dias no Congresso Nacional, pedindo a emissão de títulos do Tesouro, no valor de cem bilhões de cruzeiros para indenizar esses atrasados. Esses títulos serão mandados para o sistema financeiro, de acordo com a parcela que eles têm que representar aos produtores. O Banco do Brasil deve ter setenta bilhões, desses cem. Nós vamos tratar de monetizar esses títulos e indenizar com juros e correção monetária. Então eu poderia lhe

tranquilizar que o finzinho do mutirão para resolver o problema do PROAGRO que vai até o fim do ano, compreende: terminar o julgamento dos processos, desses dez mil que estão por aí, e mais, deixar integralmente esses cem bilhões de cruzeiros de indenizações.

Eu agradeço essa sua pergunta que me permitiu esclarecer mais esse aspecto do pacote.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Dr. Fayet, inicialmente quero fazer um pedido a V.Sa. no sentido de saber da possibilidade desse Deputado receber uma certidão que informasse a relação discriminada, individual, dos produtores da região oeste do Paraná, nominada, obviamente, das pessoas que receberam créditos de financiamentos de custeio no período do segundo semestre de 1.990 e 1º semestre de 1.991.

Em segundo lugar, gostaria de resgatar uma colocação feita pelo Deputado Ovídio. Nós temos uma dívida histórica com os pequenos produtores em nosso país. Nós sabemos que houve um modelo adotado no Brasil, a partir da década de 70 que privilegiou a agricultura extensiva, a mecanização, a utilização de insumos químicos e mecânicos, essa política aqui que outrora trouxe fartos recursos subsidiados de investimento, permitiu uma modernização muito grande da agricultura paranaense em especial, mas que relegou ao abandono os pequenos agricultores que praticavam a agricultura de subsistência e que não acompanharam essa evolução, essa modernização, praticamente se mantendo nessa posição, quer dizer, não houve um investimento na agricultura intensiva na pequena propriedade, e ela gerou um problema social gravíssimo no estado do Paraná, com o desaparecimento de cerca de 300 mil propriedades no Estado do Paraná.

Os resultados sociais dessa política estão à vista de todos. Milhares e até milhões de brasileiros sem terra, paranaenses, hoje as grandes cidades sendo inchadas em sua periferia por problemas sociais, de moradia, de toda sorte, criando uma demanda muito elevada aos poderes públicos municipais no sentido de dotação de serviços públicos essenciais e que nós entendemos que é fundamental uma reversão deste quadro este momento em que se discute e há um consenso sobre a necessidade, por exemplo, da reforma agrária em nosso País, há, por outro lado, uma necessidade fundamental de se garantir condições de sobrevivência aos pequenos produtores.

Neste sentido nos parece pelo menos a primeira vista que o pacote não contemplou

por exemplo uma política ofensiva, forte de créditos de investimentos ao pequeno produtor de forma a permitir elevação de sua produtividade, modernização da pequena agricultura. Nós percebemos um questionamento que me parece também não ficou suficientemente esclarecido, não existia um afrouxamento, digamos assim, das regras, das garantias que são exigidas aos pequenos produtores de cadastro, etc. E que entendemos ser fundamental por que observamos que muitos pequenos produtores não têm tido acesso a crédito porque não têm condições de preencher condições de cadastro. E, assim, ficamos numa situação que não tem saída, um impasse. Quer dizer, o pequeno produtor não consegue se modernizar, não consegue capitalizar e, conseqüentemente, não consegue ter condições de preencher cadastro para ter acesso a esses créditos.

Então, se o Governo Federal está pensando efetivamente numa política ofensiva muito forte, que recupere esta injustiça histórica e permita ao pequeno produtor o acesso aos créditos de investimentos que moderniza a sua propriedade também, que tenha acesso à modernização e tudo o mais. Mais do que isso, quero informar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma Emenda nesta Casa postulando sobre a isenção do ICMS para os produtores da cesta básica. Nós temos certeza de que nada adianta produzirmos se não tivermos um mercado consumidor. Nesta política econômica, com esta recessão, com este desemprego, com este arrocho salarial conseqüentemente deprime muito o mercado interno consumidor. Temos este problema também muito sério no Brasil que é a outra ponta que está além da porteira, digamos assim, até me referindo as suas palavras, mas que é fundamental a recuperação do mercado interno. Porque, entendemos que deva-se vincular uma política de elevação do salário-mínimo e, ao mesmo tempo, uma diminuição da carga tributária em especial dos impostos indiretos sobre os produtos da cesta básica. Aí sim, entendemos que é fundamental esta política.

Preocupá-nos, naturalmente, quando se fala em isenção indiscriminada do ICM a todos os setores, porque o atual perfil tributário brasileiro está hoje basicamente calcado principalmente nos Estados e nos Municípios no ICMS. Quer dizer, se nós reduzirmos, começarmos uma onda de redução generalizada de ICMS quando o País, não apenas setores agrícolas mas outros setores, sem que haja uma outra fonte de receita aos Estados e Municípios a situação realmente ficará dramática. De forma que concordamos com a até eliminação de ICMS, mas na cesta básica, quer para atender e dar condições aos pequenos produtores como

condições de alimentação a nossa população hoje que, segundo palavras no nosso Ministro da Saúde do Governo Collor que diz que o modelo de agricultura e de exportação que foi implantado neste país é o grande responsável pelos elevados e alarmantes e até criminosos índices de subnutrição que nosso País tem.

Era isto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET - Eu agradeço sua intervenção, Deputado Pudell, gostaria de dizer a Vossa Excelência que não pudemos fazer ainda tudo o que gostaríamos de fazer pelo mini e pequeno produtor rural.

Mas, incontestavelmente a ação do Banco do Brasil e a ação do Governo Collor nos seus pacotes foi em defesa do mini e pequeno produtor rural.

Vejam uma outra questão, no passado tivemos subsídios de créditos.

Então, dava-se subsídios a quem pegava dinheiro; e normalmente o mini e pequeno produtor rural não pegavam dinheiro.

Então, eu considero que houve, realmente uma grande distorção. E nós passamos, observe bem os detalhes do pacote, nós tivemos até uma pergunta anterior onde eu procurei mostrar, nós procuramos transferir a proteção para o produto, porque o produto com ou sem financiamento, atingido ou não pelo financiamento, ele precisa ser produzido, porque atrás dele está um produtor. E, normalmente, o produtor menor, o mais frágil, ele não tem acesso ao crédito, mas tem produto.

Então, nós passamos à filosofia de proteger, realmente, quem realmente traz resultados. E não proteger os meios. Esta postura do Governo, na qual eu me encarno, porque esta é a minha visão política, ela tem a intenção de proteger a parte mais fraca da sociedade. Porque me preocupo substancialmente com esta migração indiscriminada do campo para a cidade. Embora isso seja mais ou menos inexorável.

É um fenômeno mundial. A concentração da propriedade passou até a ser uma exigência tecnológica. E há um fator. Nós tivemos um processo de minifundização por partilha hereditária que atingiu algumas regiões do País, chegou a um nível tal de ineficiência que obriga, hoje, a um mínimo de concentração.

Então, quando eu vejo estes números eu tenho uma visão que não é nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Eu acho que isto, talvez, sejam exigências econômicas e tecnológicas.

É um fenômeno mundial, também. Agora, nós precisamos disto, digo, nisso nós estamos absolutamente acordes, é preservar a permanência de quem quer ficar na terra, dando condições a que ele seja eficiente. E dentro desta visão, eu gostaria, ainda,

de aliar alguns argumentos que novamente trazem à luz ações do atual governo que não estão sendo vislumbradas pela sociedade. A simplificação do crédito rural. Isso é uma coisa que passa diretamente nas minhas mãos, diariamente. É a nossa equipe, da Diretoria de Crédito Rural, que tem forçado a derrubada de verdadeiras muralhas para simplificar o crédito rural. E eu vou chegar lá, ainda. Mesmo que eu não fique muito tempo onde estou. Mas, ainda vai haver novas mudanças.

Nós tivemos algumas rodadas de simplificação. Eu tive muito apoio do Ministro Carlos Garcia, que cuidava desta Secretaria de Desregulamentação. Ele, hoje, é o Secretário de Administração da Presidência da República, e continua me ajudando. Nós queremos chegar a um ponto de voltar, particularmente para o mini e o pequeno produtor, ao compromisso do "fio do bigode". Porque bandido não pega enxada. Bandido foge da enxada e do trabalho. O agricultor é um homem de trabalho. Então, a ele tem que ser dado um tratamento diferente.

Eu vejo e fico estarelecido, isso contribui com a sua argumentação, Deputado, que nós criamos um arcabouço burocrático tremendo, para proteger as instituições financeiras de 2% de inadimplência. Porque o setor rural sempre foi o setor mais leal, mais fiel, ao seu banqueiro, a quem lhe financiava. E se criou um arcabouço jurídico em cima destas operações que não tem sentido. Nós acabamos prejudicando 98% por causa de 2%. E 2% que nem sempre deixam de pagar porque não querem pagar. E sim porque às vezes não podem.

Então, hoje nós queremos voltar ao compromisso do "fio do bigode", particularmente com o mini produtor rural. E também queria aproveitar a sua intervenção para observar como, na verdade, esta questão de tributação é um problema de mutirão nacional. Eu sou do Partido Liberal. O Senhor é o Partido dos Trabalhadores. E nós dois estamos de mãos dadas nesta preocupação, neste trabalho de modificar esta realidade tributária. Não é possível a persistir esta condição de carga tributária. E nós temos esta visão.

de que precisa diminuir o tamanho dos tributos, até para diminuir o tamanho dos governos. Nós precisamos é mais liberdade, neste país! Esta simplificação, esta desburocratização, esta desestatização é fundamental!

Eu, quando era criança, aprendi a escolher o meu colégio e o meu médico, hoje sou obrigado a entrar na fila da Previdência. Essas coisas é que nós queremos reverter, e isso só pode acontecer se a agricultura for realmente rica!

Com relação ao último ponto que Vossa Excelência coloca, a questão da agricultu-

ra de exportação, eu gostaria de dizer que até certo ponto isto é um mito. Porque no Brasil, nós criamos, na verdade, foi especializações. O mini e pequeno produtor rural ele ficou com certas atividades que são características do uso da mão-de-obra familiar, e as grandes lavouras expressivas, mecanizadas, passaram a ser uma outra especialização. Nós precisamos das duas! Nós precisamos do abastecimento interno e precisamos da agricultura de exportação, porque nós precisamos ganhar dinheiro, nós queremos ganhar aquele pedaço de mercado, trazer aquele dinheiro para fazer a riqueza do nosso povo, nós não temos preconceitos. Então o que eu posso lhe dizer é que houve uma especialização. A Agricultura de exportação, hoje, é o que sustenta a economia de exportação do Brasil! Sem ela o Brasil morre! Mas a agricultura de subsistência também é fundamental! E nós estamos hoje tentando fortificar o mini e pequeno produtor rural porque ele, na agricultura de subsistência, da cesta básica, ele é forte, ele é mais competitivo.

Hoje nós discutíamos, por exemplo da seda, no Paraná. Eu tenho ação política em algumas regiões do norte pioneiro, e naquela região, pelas condições topográficas, pelas condições climáticas, pelo tamanho de propriedade, pelas qualidades da população, o cultivo do bicho-da-seda é uma atividade fundamental. É para pequena propriedade, é para o pequeno produtor, e isso tem que ser feito, porque isso é importante!

Então eu tenho uma visão que, tanto uma como outra economia da Agricultura são importantes, nós temos que fazer o convívio das duas.

Eu acho que o que aconteceu, no Brasil, meu prezado Deputado, foi mais um erro na dosagem dos benefícios do que propriamente a existência destas duas economias. Esta é a minha visão.

O SR. TOTI COLAÇO - Dr. Fayet, talvez a pergunta não estaria diretamente ligada ao ilustre palestrista desta tarde, aqui no nosso Parlamento, mas ela diz respeito ao Paraná, diz respeito principalmente aos pequenos municípios do nosso Estado. Trata-se do fechamento das agências do Banco do Brasil, no nosso Estado.

Nós temos alguns exemplos concretos e o fechamento das agências do Banco do Brasil, de determinadas agências, ele vai trazer uma desesperança, principalmente para o pequeno agricultor. Eu citaria aqui alguns exemplos: - Rio Azul, onde existe um crescimento acentuado, hoje, na nossa região, aonde existem 3.200 estufas de fumo, aonde estão se instalando algumas indústrias de grande porte. Citaria também como exemplo a agência de Teixeira Soares, aon-

de a pujança de sua agricultura é notória em todos os recantos do Paraná, em função de sua situação geográfica e aonde o Banco do Brasil, há 4 ou 5 anos atrás construiu uma agência modelo para a região, aonde o Município forneceu uma área nobre da sua cidade e veio o fechamento, abruptamente, nestes dois municípios. Bem como outros exemplos, há o caso de Rio Negro, onde o Deputado Alceu Swarowski está também na mesma situação. E a exemplo destes 3 municípios o resto que aconteceu no Paraná. E isto, Dr. Fayet, trouxe para os agricultores uma desesperança, porque fechar uma porta do Banco do Brasil é fechar a esperança do progresso, é fechar a esperança do pequeno agricultor, principalmente. Além é claro, do problema que trouxe para seus funcionários, a onde funcionários altamente qualificados, identificados com a região tiveram que largar as suas famílias, largar as suas propriedades se não quisessem ser demitidos do Banco do Brasil. Tiveram que se instalar em regiões distantes do nosso Estado e até fora dele. Então eu pergunto ao ilustre Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil que hoje muito nos honra com sua palestra nesta tarde, o que que o Senhor tem a nos dizer.

Porque existem algumas informações de que está sendo revisto o fechamento de algumas agências e essa esperança está brotando novamente em muitos recantos do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET - Eu agradeço a Vossa Excelência, essa colocação, e me permite deixar bem claro, de público, nessa Assembleia Legislativa, e eu inclusive fui voto vencido na reunião de diretoria que cometeu essa atrocidade.

Eu me lembro dos meus tempos de BADEP, quando eu saía pelo interior do Paraná, nos municípios em formação as duas instituições que representava o símbolo da sociedade interiorana, era a igreja e Banco do Brasil. Então é essa a figura, não por uma questão de retórica, ela tem que voltar, que o Banco do Brasil só tem razão de existir se ele tiver - como banco, como instrumento de governo, a função do desenvolvimento agrícola. Esta é a minha visão, o Banco do Brasil é o banco do interior, esta imagem é fundamental, é uma parceria decisiva. A agricultura brasileira se transformou nessa parceria: agricultor e Banco do Brasil. Então para mim foi chocante esse processo, e como citou Vossa Excelência, Rio Azul, município onde sempre tive muitos votos, para mim, inclusive, foi uma agressão pessoal.

Felizmente os tempos mudaram, foram embora aqueles que destruíram este trabalho do próprio Banco, agora temos o Presidente Lafaiete Coutinho. Estamos fazendo



uma revisão, porque pior do que fechar a agência de Rio Azul, a agência de Teixeira Soares, aconteceu que o Banco do Brasil fechou agências do interior e abriu nas capitais. Nós estamos revertendo, nós vamos voltar para o interior, porque hoje temos um presidente que tem esta visão - de que somos parceiros da agricultura, então nós temos que estar a onde está o produtor rural.

O estudo está sendo feito, estamos revisando tudo isso e eu posso lhe garantir que nós vamos começar um trabalho de reabertura paulatina das agências do Banco do Brasil. Eu acho que esta é uma satisfação que devemos à sociedade brasileira. Não existe razão do Governo Federal ter um banco que não tenha uma finalidade específica. Se não for para ser um instrumento do desenvolvimento do setor rural brasileiro, não há razão de existir. E o nosso caminho, a nossa identidade nós vamos encontrá-la brevemente.

O SR. ARLINDO TROIAN - Dr. Fayet, a nossa região como compreende o arenito caioá, ainda possui uma cafeicultura diversificada e eu acho que atravessamos a fase mais difícil contada pela história do nosso país e ainda existem muitos pequenos e médios produtores que mantêm essa cafeicultura. E sabemos, queria saber se a linha de crédito entrou nesse pacote também, como essa compreende também um grande plantio de mandioca e algodão, queria saber se eles estão nesse pacote ou se vai entrar num outro esquema diferente de crédito para a manutenção da cafeicultura. Também lembrar, eu estou até entusiasmado quando vejo você falar que o nosso novo Presidente está voltado para o pequeno e médio produtor e que há uma grande simplificação dentro do Banco do Brasil. Porque, Fayet, a gente que convive naquele noroeste do Paraná, que costuma avaliar com o pequeno e o médio produtor quando ele vai no Banco do Brasil, faz muito tempo que a gente não está fazendo isso. E eu espero, e vou fazer até uma denúncia, que seja revisito, naturalmente, e que se abram as portas do Banco do Brasil, e você diz que o Presidente está pensando nisso e você como Diretor dessa carteira sei que pensa da mesma forma, porque você é um paranaense batalhador e lutador e sei que você tem caminhado por estes trilhos, porque há muito funcionário do Banco do Brasil dando as costas para o pequeno e médio produtor.

Digo mais, na minha região tem um gerente de banco que fez um produtor de café vender o seu café, no mês passado, a 280 cruzeiros o quilo e passada uma semana foi a 360 cruzeiros o quilo. Fez liquidar o financiamento dele e fez fechar a conta no Banco do Brasil. É lamentável que hoje,

que estamos no governo democrático, que tentamos salvar a agricultura, vejamos pessoas deste calibre dentro do estabelecimentos bancários. Disse mais ainda Fayet, lamentável que, vocês querem saber de mais uma coisa, quem mandou vocês votarem em Collor de Mello? Por que vocês não votaram no Lula? Talvez não estivesse nesta posição. Talvez esta pessoa tivesse se esquecido que vinha este "pacote" que está vindo hoje com esta simplificação.

Espero que realmente todas estas agências sejam revistas e que abram as portas, como se disse há pouco, para o pequeno e o médio produtor; porque o grande sempre esteve com as portas abertas. É aquilo que se disse há pouco, talvez seja 2% de inadimplente, mas não o pequeno e médio. Sempre são os grandes. Os pequenos e médios a gente acompanha e sabe que eles vendem o café na marra, saem sem um tostão do Banco do Brasil, mas vão lá para pagar seus financiamentos.

Era isto.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Agradeço sua colocação. Gostaria de começar a responder primeiro pela parte dos funcionários. Evidentemente, como qualquer organização, temos os melhores e os menos bons. Lamentavelmente isto pode acontecer ao Banco do Brasil. Temos alguns episódios que foram constatados e tomamos as providências administrativas. Porque a nossa mentalidade, a mentalidade do funcionalismo do Banco do Brasil, ao qual não pertencio mas respeito e tenho tido um convívio fantástico, é no sentido positivo de construir. Entendemos que também os funcionários do Banco, como todos nós brasileiros, sejam Parlamentares, executivos, pobres ou ricos, de onde quer que sejam, foram tantos desencontros nestes últimos anos que estamos até tombando uns com os outros. Hoje o Brasil vive uma fase nervosa. Acho que agora, tenho a esperança que com esta melhoria das condições para a agricultura a gente comece a retomar o leito da estrada.

Então quero inicialmente pedir desculpas, em nome do Banco do Brasil, por este episódio porque isto não é nossa cultura. E até agradecer uma denúncia porque isto é digno de serem tomadas providências. Agora também gostaria de registrar que às vezes o defeito instrumental leva a que certos administradores não tomem as atitudes adequadas. Não tenham a coragem. Tivemos um sistema de funcionamento que tinha uma data fatal em que se venciam tudo. Agora com a sistemática que introduzimos, custeio e comercialização simultânea, vamos dar condições ao agricultor que ele possa administrar o processo de venda dos seus produtos paulatinamente. Acredito que

com isto nem o gerente se sentirá pressionado, nem o produtor. Temos um instrumento racional que vai permitir agora uma comercialização mais adequada dos produtos agrícolas.

Com respeito ao FUNCAFÉ, poderia dizer a Vossa Excelência que depende de uma decisão do Ministério da Agricultura e do Ministério da Economia. Está fora do Banco do Brasil a decisão alinhavado um plano de uso dos recursos do FUNCAFÉ. Isso não foi possível, até a pedido das lideranças do setor rural, porque algumas pessoas importantes não estavam no Brasil. Esta reunião será feita no dia 15 em Brasília, onde vamos definir, um programa de atuação com relação ao café. O Banco do Brasil é o agente financeiro do FUNCAFÉ. Nós já fizemos aplicação aí de vinte e sete bilhões de cruzeiros recentemente para a colheita e, agora, estamos aguardando um novo plano que foi anunciado, dentre as medidas do pacote para que, ainda no mês de outubro, nós comecemos as aplicações desses recursos.

Eu gostaria de pedir desculpa ao Deputado Troian, eu deixei aqui de lado de responder uma parcela das colocações do Deputado. A relação dos beneficiários sob financiamento, é uma relação de mais de duzentos mil nomes, se Vossa Excelência desejar. Eu só quero ver se isso não tem problema de sigilo bancário, se Vossa Excelência quiser, do Paraná deve ser duzentos mil contratos, se eu bem entendi.

O SR. ERNANI PUDELL - Só da regional Oeste.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - A regional Oeste é fortíssima. Deve ser, pelo menos, uns cinquenta mil nomes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Silvestri para uma repregunta por dois minutos.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Dr. Fayet, eu acredito que o maior avanço que houve no pacote agrícola, sem dúvida nenhuma, foi a correção do preço mínimo na mesma proporção dos financiamentos. Mas eu tenho uma preocupação com relação ao soja. O preço mínimo do soja está completamente defasado, se não me falha a memória, praticamente a metade do preço de mercado. Esta seria uma das perguntas que eu gostaria de fazer nessa atualização do preço mínimo do soja.

Uma outra questão é com essa redução dos juros de 18% que foi feito para 12,5%, eu gostaria de saber se isso seria retroativo àquelas pessoas que já haviam feito financiamento este ano.

E o terceiro caso é o caso do diferi-

mento que o Senhor falou do ICMS nos Estados, particularmente no Paraná é uma medida que foi feita, mas que eu acredito tenha uma eficácia muito pequena na questão prática, porque nós somos importadores desses defensivos de outros Estados e o diferimento é feito somente dentro dos Estados. Então, essa batalha junto à bancada rural para isenção do ICMS a nível nacional seria muito importante.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - A respeito dessa questão de preços mínimos, nós evidentemente temos que entender o seguinte: a agricultura do soja é uma agricultura privilegiada, a do feijão é uma agricultura muito mais sofrida, então, o entendimento do governo é de que nós temos que dar uma proteção maior às lavouras que têm maiores dificuldades, especialmente no campo da comercialização. Lavouras como o soja, o algodão são lavouras de uma comercialização, inclusive, internacional, a gente tem que dar uma proteção, mas essa proteção não pode ser na mesma proporção. Eu reconheço como Vossa Excelência colocou que o preço é um preço sofrido, mas é um preço de garantia, é um preço, simplesmente, para estancar uma perda maior. De qualquer forma o agricultor sabe que, daqui para frente, este preço será corrigido paulatinamente.

Com relação às normas que o Banco do Brasil vai adotar para os contratos já feitos e também para as renegociações já feitas é a mesma taxa que está sendo feita para as novas. Nós só estamos pedindo aos agricultores que esperem primeiro nós atendermos os novos pedidos, porque, automaticamente, seus contratos serão aditados com esses benefícios. Eles não vão precisar mexer com nada, nós vamos fazer isso automaticamente, quer dizer, todos vão ter o mesmo tratamento. Inclusive, eu gostaria de esclarecer que nós temos uma determinação que as principais agências operadoras de crédito rural vão estar abertas nesse fim de semana para atender integralmente a esse processo de renegociação de dívidas de quem queira, porque o prazo termina dia quinze, e noventa por cento dos agricultores já foram aos bancos, e também para acelerar a análise das propostas de financiamentos que estão lá no banco. Desde o primeiro dia que estou lá estou atacando com carta, com telegrama, com fax, com telefonemas, que não é possível manter a situação em que se encontra o espólio, se assim pudermos chamar, do IBC da cafeicultura e o tratamento que temos em particular no caso do FUNCAFÉ. Parece-me que agora estas coisas estão tomando novo rumo com a mudança da própria equipe econômica e nós deveremos ter alguns desfechos favoráveis nesta questão da administração do

patrimônio do IBC. E no caso do FUNCAFF, deveríamos ontem ter praticamente alinhado um plano de uso lá no banco. Inclusive vamos trabalhar fim de semana.

Com relação ao ICMS, eu concordo com a sua colocação. Eu acho que o principal é reduzir o ICMS dos produtos, porque a tributação está muito alta.

Então eu volto a dizer o seguinte, nós temos que fazer um mutirão pluripartidário, todos juntos, Legislativo, Executivo, todos os partidos, eu quero estar nesse palanque, porque é um interesse decididamente de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, estimado amigo Luiz Antonio Fayet. Inicialmente em nome do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, do qual temos o privilégio de ser o coordenador, queremos cumprimentá-lo pela gestão profícua que tem desempenhado a frente da Diretoria do Banco do Brasil.

Em segundo lugar dizer que concordamos com Vossa Excelência, quando enumera os principais problemas atinentes ao setor produtivo deste País que envolve a questão de recursos, tributação, transporte, movimentação e comercialização de safra.

É evidente que a nós, neste momento, poucas perguntas sobrariam, porque a maioria das dúvidas que tínhamos já foram esclarecidas nas considerações feitas pelos nossos parlamentares e cabe aqui talvez prestarmos alguns esclarecimentos de fatos ocorridos ainda no dia de hoje no Estado do Paraná e dentro de um assunto que está sendo aqui bastante abordado que é o da tributação.

Deputado Ernani Pudell fez menção a um projeto que apresentou nesta Casa, uma emenda, que pretendia a isenção de tributos para os produtos da cesta básica.

Todos nós sabemos que a isenção não é competência deste Poder Legislativo, de aplicá-lo, mas sim de uma ação perante o Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ, que em todos esses casos tem se mostrado fechado às reivindicações do Paraná, inclusive na última reunião nosso Secretário Dr. Eron Arzuva levou proposta no sentido de que os produtos agrícolas fossem isentos de tributação, mas tentando contribuir para que a nossa agricultura tenha menos carga tributária do que já possui, o Governador Roberto Requião no dia de hoje, por volta das 12:00 horas assinou uma mensagem que está endereçando através da Casa Civil a este Poder Legislativo, onde reduziu a alíquota dos produtos integrantes da cesta básica paranaense, isto feito num acordo já com os Governado-

res de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reduziu a alíquota para o mínimo permitido por nossa Constituição que é de 7%, então o governador assinou hoje e está enviando a este Poder Legislativo e isso é fruto evidentemente dos clamores e das reivindicações que todo o setor produtivo vem fazendo, setores representativos do meio agrícola paranaense e o setor político.

Esta Assembléia teve oportunidade de, em mais de uma oportunidade apenas neste ano, discutir aqui uma série de questões ligadas a tributação, seja de produtos primários ou até mesmo tributação sobre o comércio somente naquele aspecto que tratava da incidência de tributo sobre os juros nas operações a prazo.

Então nós queremos participar à Assembléia, o Presidente Anibal Khury deverá receber hoje ou amanhã das mãos do Chefe da Casa Civil esta mensagem e o objetivo nosso é buscar evidentemente a isenção de tributos para os insumos utilizados no setor agropecuário e para isso evidentemente há a necessidade de que façamos gestões perante o CONFAZ, no sentido de que isso possa acontecer.

Em outras oportunidades já ocorrera o diferimento sobre os fertilizantes, sobre os insumos, os defensivos principalmente e os produtos ligados à medicina veterinária produzidos dentro do Estado do Paraná.

Existe hoje uma discussão, com relação aos produtos com origem em outros Estados, mas isso realmente ao Estado é um pouco difícil de tributar.

Quero cumprimentá-lo também por essa determinação que nós temos sentido e não é só de hoje, porque nós temos conversado diversas vezes acerca dos assuntos da agropecuária.

Mas por essa determinação em favor do pequeno produtor rural. Nós que trabalhamos por três anos na cidade de Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas em especial, no serviço de extensão rural, sempre estivemos muito próximos dos problemas vivenciados pelos pequenos produtores rurais. Nós temos origem numa pequena propriedade rural, nosso pai sempre trabalhou numa pequena propriedade, e de fato o pequeno produtor rural não é aquele que dá o calote no Banco, não é ele que tenho certeza está em grande maioria, tenho certeza que ele não está em grande maioria dentro desses 2% de inadimplentes no crédito rural. Então, essa determinação de buscarmos a desburocratização do crédito rural, eu entendo isto como um ponto positivo de Vossa Excelência e daqueles que o cercam no sentido de que nós possamos realmente permitir o acesso do pequeno produtor, do mini produtor, do micro produtor e até dos arrendatários, parceiros e meeiros, que pequenos também são, ao crédito muitas ve-

ses difícil para ele. Neste ponto eu tenho certeza que esta Assembléia estará do seu lado para que nós possamos realmente reverter este quadro. Mas o que nós precisamos e a gente ainda teve condições de manifestar aqui ontem, é que realmente se faça alguma coisa, Dr. Fayet, no sentido de nós retomarmos os investimentos no setor produtivo. Todos nós sabemos que os recursos para custeio são insuficientes ainda. Nós temos dados, Vossa Excelência mesmo em algumas reuniões das quais estivemos enumerou recursos que em outras ocasiões eram mais significativos para o custeio agrícola deste País. Nós sabemos que hoje apesar do volume estar satisfazendo momentaneamente as necessidades, mas eles estão muito aquém daquilo que precisaríamos ter não só do Paraná, mas no Brasil em termos de recursos para o custeio. Mas a questão hoje do investimento no setor produtivo, na agricultura e na pecuária, talvez seja uma das bandeiras que nós tenhamos que empunhar, porque o sucateamento é uma coisa presente hoje no meio rural. Nós estivemos ainda neste final de semana em Ivaiporã conversando com algumas pessoas que estão trabalhando no recenseamento no IBGE, e o quadro que eles nos relatam das conversações que desenvolvem com os produtores realmente é um quadro triste para nós, porque os produtores estão realmente perdendo toda a sua capacidade de trabalho em função de terem perdido toda a sua infra-estrutura de trabalho na pequena ou na média propriedade rural. Então neste sentido nós gostaríamos de que Vossa Excelência realmente se debruçasse em cima disto porque nós entendemos que por aí passa realmente a recuperação do setor produtivo que ao longo desses últimos tempos vem perdendo significativamente no poder de troca com os produtos industriais, no poder de troca com a comercialização da safra. Então, nós queremos deixar este apelo a Vossa Excelência e até saber se existe já algum procedimento no sentido de recuperarmos essa questão de investimento, além daqueles que Vossa Excelência já falou com relação ao calcário, se existe alguma coisa para o setor da pecuária, seja ela de corte ou de leite, ou até mesmo para a agricultura de um modo geral?

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Meu prezado Deputado Orlando Pessuti, quero agradecer a sua intervenção e dizer que sempre tive a satisfação, embora em palanques diferentes, defender as mesmas idéias que Vossa Excelência, por isso temos os mesmos compromissos, particularmente com os pequenos produtores da região do Vale do Ivaí. Esta é uma preocupação muito grande que eu tenho como brasileiro, como ser humano, e inclusive talvez um exemplo

melhor eu possa retratar como o que estamos procurando fazer no nordeste brasileiro, porque afinal de contas eu sou daqui, mas eu tenho um compromisso nacional. Nós temos observado que a desorganização no setor produtivo lá é muito maior do que aqui, é lógico, são mais pobres, a situação é muito mais difícil; nós estamos fazendo projetos integrados, nós estamos reunindo agricultores, inclusive contando com uma mobilização muito grande da CONTAG, organizando produtores, trazendo consumidores industriais normalmente, como empresas que beneficiam mamona, que beneficiam, que usam milho ou que usam algodão, juntando essas duas pontas e fazendo um pacote de financiamento onde nós eliminamos a intermediação predatória. Este ano nós conseguimos completar uns poucos projetos no nordeste e tivemos o milagre da lógica, nós praticamente dobramos os preços para os produtores rurais e baixamos os preços para os consumidores industriais. Este ano eu tenho a pretensão de ter mais ou menos entre 30 e 40 projetos funcionando na região nordeste desse processo de integração. O banco financia custeio, a comercialização, a pré-industrialização, financia todo o ciclo, de maneira que ambos tenham interesse nessa conjugação de esforços.

Esse passo me parece que é uma demonstração decisiva de quanto nós estamos nos preocupando. Eu me preocupo muito em dar condições principalmente organizacionais, para que o mini e o pequeno produtor rural possam sofrer essas transformações.

Com relação aos investimentos, eu já afirmei a Vossas Excelências a questão dos bens de capital, máquinas e equipamentos que nós conseguimos uma grande conquista, o pacote atribuiu mais 75 milhões de cruzeiros para a linha Finame-rural, o Banco do Brasil teve um simplificação fantástica dos seus sistemas operativos, vai ser uma grande vantagem para o produtor, principalmente para o mini e o pequeno, que esteja em lugares mais distantes, porque lá é que o Banco do Brasil está, está sozinho, e nos investimentos como o calcário, como outros tipos de investimentos, nós estamos nessas tratativas, mercado internacional. Se nós não tivermos recursos de fora, dificilmente nós poderemos deslocar recursos de custeio para fazer investimento. Eu até apelaria e nós estamos tentando também um mutirão nesse sentido de criar uma espécie de fundo agrícola, porque o Banco do Brasil hoje opera em 90% dos recursos, com recursos à vista. É o dinheiro dos depósitos à vista, transformados em exigibilidades e a Caderneta de Poupança em que o poupador pode sacar a qualquer hora. Então fica muito difícil eu trabalhar com um dinheiro que está dispo-

nível, à vista para o meu cliente e que eu tenho que usar para financiar uma atividade de 3, 4 anos. Isso é um descasamento de tempo muito difícil de administrar.

Então nós precisamos de alguma coisa mais estável, algum tipo de fundo e que me dê a tranquilidade de que eu aplique por 3 ou 4 anos, mas eu também não vou ser exigido à vista, eu vou ser exigido em 3, 4 anos. Eu acho que nós temos que exercitar aí, Deputado, a nossa imaginação, porque a necessidade é constatada por todos nós. A questão está em como chegar lá. A parte que eu deixo para o final, que é mais importante, é meu aplauso ao Governo do Estado pela medida, uma medida corajosa, uma medida exemplar para o País. É assim que nós temos que fazer. E eu tenho certeza que a Assembleia Legislativa do Paraná vai dar a sua contribuição. Toda a comunidade paranaense está de mãos dadas nesse esforço. Nós temos que reduzir a carga tributária, e essa tecla que nós estamos batendo há muito tempo, tem recebido a sensibilidade dos governadores. Eu gostaria de deixar de público aqui, como paranaense, como homem ligado ao setor rural, o meu agradecimento ao envio desta mensagem, e desde já, a minha confiança, o meu aplauso na aprovação unânime que merecerá nessa Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, só me permita um adendo. Com referência, Fayet ao financiamento de quotas-partes às cooperativas. Nós sabemos que só as cooperativas reivindicavam em torno de 24 ou 25 bilhões de cruzeiros e o Brasil, evidentemente, mais do que o dobro disso. Nos parece que esse volume de recursos não pode ainda ser atendido. Eu gostaria que nos esclarecesse a respeito disso.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - A demanda detectada é de quase 1 trilhão de cruzeiros. É praticamente impossível atendê-la integralmente. Nós temos algumas cooperativas que tinham recorrido ao Banco do Brasil, já há muito tempo, particularmente porque financiava os produtores rurais um momento que não tinha crédito rural.

Nós fizemos um programa que eu chamaria de emergência, um remendo, isso eu reconheço, mas é aquele fato, eu faço o que eu posso, não faço o que quero. Um programa que a preços de hoje equivaleria aí em torno de 80 bilhões de cruzeiros para atender ao Brasil inteiro e é isso que nós estamos fazendo, operações em quotas-partes. O Banco do Brasil deu metade desse dinheiro o BNDES deu outra metade e nós estamos tentando também no Banco Mundial resolver esta questão. Se eles nos derem recursos para quotas-partes. Porque, no meu entendimento, o financiamento da quo-

ta-parte é o financiamento mais sadio. Eu financio o agricultor para ele capitalizar o seu negócio, que é a cooperativa, certo?

Mas estamos com uma dificuldade: enquanto não conseguirmos nos ajustar com o mercado financeiro internacional fica muito difícil trazer dinheiro de fora para acudir aqui as nossas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão inscritos ainda para perguntas os Senhores Deputados Costenaro Neto, Ovídio Constantino para repregunta, e finalmente o Deputado Basílio Zarusso.

Deputado Costenaro Neto com a palavra.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Fayet, temos duas perguntas a fazer.

Mas, inicialmente, queremos dizer que reconhecemos profundamente o trabalho de Vossa Excelência, que carrega em todos os momentos a bandeira do Estado do Paraná no peito. E naturalmente tem nos defendido e lutado principalmente pela causa do Paraná.

E agora vendo suas proposições de que o consórcio do desenvolvimento passa a ser possível o Estado enriquecer. E temos certeza disso. E é procurar na agricultura extrair o produto, industrializá-lo e jogá-lo para o consumo. A exemplo disso conseguimos ver no ano passado e neste ano o Paraná que era o que produzia o trigo e só São Paulo com o direito de moer. Hoje, o Paraná consegue produzir a sua própria farinha para o consumo. Eu acho isto extraordinário. São tempos novos. Como estão vendo, a animação do paranaense plantando laranja com esperança de novos ricos no Paraná também.

Como Vossa Excelência tem conhecimento nós assumimos, há 10 anos atrás, um compromisso com o Governo com um programa do Governo de produzir álcool para o consumo nacional. Passamos momentos de animação; depois, longos anos de dificuldades desde 1975 até este ano, pode-se dizer. As dificuldades são terríveis. Agora estamos vendo com muita dificuldade ainda uma bandeira acenando, criando oportunidade para que possamos continuar produzindo álcool no Paraná, no Brasil.

E, a exemplo de produzir e industrializar o que é nosso, nós sabemos que o Paraná ainda é importador de grande parte do consumo do álcool do seu estado e que produz apenas 40% do açúcar que consome. Vê as dificuldades! Quando é o homem que planta, produz e quer industrializar e encontra pressões de setores do Governo que nos colocam em dificuldades muito grandes.

É de assustar quando se assume o compromisso com programas arrojados como este do álcool, colocando-nos como empresário da agricultura e como trabalhador rural de



pequenas propriedades, têm passado dificuldades terríveis. Claro que nós não debitamos, Fayet, ao Banco do Brasil, de forma nenhuma! Sabemos do empenho do Banco do Brasil. O que lamentamos é que o Governo Federal tem-nos fechado a porta e nos colocado em dificuldades terríveis.

Mas o nosso sonho, como agricultor paranaense, pequeno produtor, e na classificação talvez na figura de grande produtor - mas sabemos que somos pequenos - sonhamos que nosso País faça como vimos há poucos dias numa visita, a alguns países da Europa, conseguimos ver a agricultura em pleno verão. Nós não vimos a agricultura. Nós vimos, sim, o jardim que faz a felicidade daquele povo, produzindo muito e dando garantias de alimento.

E no Brasil, nós temos tido a triste decepção da agricultura, que coloca alimento na mesa e o agricultor pinta a terra de verde. Posteriormente, de amarela. E em seguida, transforma em sangue o desgosto do trabalhador rural, que abandona a terra novamente, esperando uma oportunidade de viver melhor na cidade. Isto tem acontecido rotineiramente. E a gente vê, então, a agricultura em dificuldade triste, abandono de terras. Embora ela valha muito dinheiro, mas a rentabilidade é insignificante.

Portanto, eu fico feliz quando vejo Vossa Senhoria ocupando o cargo de proteção do agricultor no Banco do Brasil. Esperamos continuar contando com o seu trabalho no Governo Federal, para que ele possa nos dar oportunidade de continuar produzindo com dignidade. É isto que o brasileiro quer, o trabalhador rural quer, aqueles que produzem e alimentam a Nação.

Eu recebi a incumbência de informar que o colega Plauto Miró Guimarães teve que se ausentar e gostaria demais de estar presente. Pediu-me para que justificasse sua ausência e também que fizesse duas perguntas. Uma delas é que antes do pacote os juros do Banco do Brasil eram da ordem descontados até aquele momento, de 18%. Gostaria de saber se, em virtude dos juros terem sido baixados para 12,5%, estes contratos feitos antes do plano serão contemplados. E, também, se para a GEF, nos casos de GEF, tem o mesmo plano.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Eu agradeço a intervenção, Deputado Costenaro, vou responder por esta parte mais fácil e depois abordar a questão do álcool. Tanto a questão do EGF como os financiamentos serão automaticamente reajustados às taxas determinadas no pacote econômico. Pode-se despreocupar que isto vai ser feito.

A questão essencial que Vossa Excelência aborda é a questão do álcool. E eu agradeço esta oportunidade porque eu, pes-

soalmente, e mais alguns companheiros do Governo Collor, temos recebido críticas acerbadadas sobre esta questão.

Nós temos uma realidade brasileira. Algumas terras do Brasil se prestam, excepcionalmente, para a agricultura da cana. A agricultura da cana, nas regiões de arenito, por exemplo, ela tem uma dupla função. Dar uma função econômica à terra e ao mesmo tempo proteger a terra do processo de erosão. Então, é a única forma de nós darmos ocupação para o campo, que é a ocupação com a cana. Não adianta imaginar que nós vamos fazer outras coisas lá. Em termos tão grandiosos como se faz com a lavoura da cana. Adicionalmente, nós temos que a produção de açúcar é fundamental para o abastecimento interno e um elemento de ganho de mercados internacionais. E a produção de álcool reduz a importação de petróleo, tem um impacto neste sentido. E tem o impacto na política ambiental. Porque o álcool não é um poluente como a gasolina. E a adição de álcool à gasolina evita, ainda, a adição do chumbo tetraetilado, que é um componente químico altamente poluente.

Então, o Programa Nacional do Álcool é um programa de alto interesse para o País, sem dúvida alguma. Mas, o que aconteceu com este programa? Este programa foi sendo desmontado, destruído, dentro de outras áreas do Governo. Por que? Porque existe um monopólio de compra de álcool produzido no País. Nós, que já tivemos como produtores de cana 70 mil produtores autônomos, hoje só temos 10 mil produtores autônomos, que eram, inclusive no Nordeste, mini e pequenos produtores rurais.

Com a queda dos preços da cana, provocada pela queda dos preços do álcool, provocada pela PETROBRÁS, pelos preços pagos pela PETROBRÁS aos produtores de álcool, este setor foi-se desmontando e foi um forte fator de desemprego. Nós estamos hoje tendo remuneração dos produtores de cana equivalente a 50% do que se remunerava há 10 anos atrás. Então eu acho que tem que se estabelecer aí uma revisão do que a sociedade brasileira quer com relação ao setor álcool. Nós queremos o emprego do setor álcool? Nós queremos a economia que ele gera, em regiões importantes do território brasileiro? Nós queremos a produção de cana para permitir a permanência do homem no campo, principalmente dos produtores autônomos? Nós queremos isso? Nós queremos diminuir a poluição? Nós queremos diminuir a sangria da importação do petróleo? Então vamos tomar conta dessa questão do álcool! Foi isso que o Governo Collor tentou fazer. Criou uma Comissão, o Banco do Brasil participou, não fui eu, foi meu colega, e nós começamos a estudar a questão. Eu tenho depoimentos meus, na Câmara

dos Deputados, na Comissão de Agricultura, tenho depoimentos do Diretor, Cláudio Dantas, na Câmara dos Deputados, na CPI criada para esta questão, do Presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, na Comissão de Agricultura e também na CPI, mostrando que não adianta renegociar dívidas, reduzir a zero os juros nas negociações, se nós continuarmos tendo preços aviltantes para o álcool e para a cana, via de consequência.

Acontece que o Governo foi execrado publicamente, uma parcela da imprensa nos transformou em bandidos! Nós somos, perante a sociedade brasileira, ladrões! Estamos fazendo uma grande marmelada para salvar meia dúzia de usineiros, quando, na realidade, nós estamos tentando fazer um remendo em cima de heranças dramáticas que nós recebemos!

Precisa ser resolvida esta questão! A sociedade brasileira tem que tomar uma decisão! Nós entramos num caminho de encontrar uma solução, e eu acho que agora, particularmente, o Congresso Nacional é que tem que tomar esta decisão, porque nós estamos, até certo ponto, cansados, execrados publicamente, disseram que estamos fazendo uma marmelada para proteger os usineiros de Alagoas, quando os maiores devedores do setor sucroalcooleiro são São Paulo, Rio, Minas Gerais e depois que vem o Nordeste.

Eu acho que esta sua colocação, me permita fazer uma defesa intransigente do setor sucroalcooleiro como interesse nacional, é o setor agroindustrial mais importante do País, pelos seus efeitos diretos e também é um setor de alta importância pelos seus efeitos indiretos.

O senhor me permitiu fazer esta defesa, me permitiu desmistificar o que está acontecendo com relação ao Pró-Álcool, e me permitiu também lembrar que nós precisamos rever alguns monopólios, no País. Monopólios que levam a distorções como esta que está acontecendo com o álcool. Por que que uma usina de álcool, localizada no Acre, no norte do Mato Grosso, não pode vender o seu produto diretamente? Tem que vender para um único consumidor que faz e impõe o preço que quer? E, inclusive, descharacterizadamente, um único consumidor que impõe um preço para levar à falência o setor sucroalcooleiro brasileiro?

Então eu até me permito agradecer por estes esclarecimentos que eu presto, e pedir a Vossa Excelência e aos nossos companheiros que olhem com bons olhos esta questão do setor sucroalcooleiro.

Hoje o Paraná disputa com Alagoas a posição de 2º maior produtor de álcool do País, o setor sucroalcooleiro, para o Paraná, é de grande importância econômica e social, então nós temos que nos unir: Ban-

cada Estadual, Bancada Federal, Senadores da República, no sentido de recompor a verdade e definir uma política que venha corresponder aos interesses da sociedade, e, se possível, voltar aos tempos de outrora, onde nós tínhamos 70 mil fornecedores autônomos, fundamentalmente, 70 mil pequenos produtores rurais que viviam às custas da cana e viviam, modesta, mas decentemente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ovídio Constantino para re-pergunta, dois minutos.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Dr. Fayet, na sua exposição ao meu questionou-se, ou melhor, questionamento anterior, confirmou-se por exemplo, na sua exposição, de que os pequenos produtores estão, praticamente, muito longe, aquém, no nosso entendimento, deveria, quando o senhor afirma que 1/3 do crédito chega aos pequenos produtores e que eles correspondem praticamente a 90% das propriedades, no caso do Paraná. E que o senhor poderá nos responder de que a área deles é muito menor, por isso o recurso é 1/3. O que no nosso entendimento deveria se ter uma política diferenciada para o pequeno produtor, sendo que dele é que sai a cesta básica, o alimento do povo brasileiro. E que, na minha avaliação, quando há pouco tempo, uma resolução governamental mudou a classificação dos produtores, elevando a classificação de médio para um nível de produção, se não me engano até 12 milhões, isso é uma mostra de que o médio foi classificado como pequeno e com isso ele terá mais acesso ao crédito e se confirma de que o crédito acaba indo para as mãos do médio e do grande em prejuízo ao pequeno, que, no nosso entendimento, é o que deveria ter uma política diferenciada de apoio para que ele possa, para que nós possamos deixar de importar alimentos da cesta básica. Então eu tenho essa grande preocupação e, nas suas afirmações, o pequeno está priorizado mas eu não tenho percebido isso concretamente.

A questão concreta que eu queria lhe colocar, é de que uma decisão do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a eficácia do art. 21 da Lei 8177 de 1º de março, que dava condições de fazer a cobrança da correção monetária dos financiamentos a partir de fevereiro deste ano. Muitos produtores já tinham pago os financiamentos após fevereiro - com esta correção, e o Supremo Tribunal Federal suspendeu e os produtores estão reivindicando a devolução deste crédito cobrado indevidamente pelo Banco do Brasil.

Se o senhor tem informações nesse sentido e se haverá devolução desta correção

monetária cobrada dos produtores.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET - Em primeiro lugar gostaria de esclarecer a Vossa Excelência que eu concordo integralmente com a sua posição de que temos que ter um tratamento diferenciado para mini e pequenos produtores rurais. E com relação à classificação de produtores que muitos produtores médios foram incorporados à categoria dos pequenos, eu poderia lhe dizer o seguinte: o que fizemos em maio, foi manter na categoria de mini e pequenos os que já eram mini e pequenos. Então, este erro, se existe, foi um erro que nós repetimos. Eu particularmente acho que, na categoria de pequenos, existem muitos produtores rurais que não deveriam estar assim classificados. O pequeno ficou muito grande. E o exemplo que eu tenho dado, usado nas reuniões internas do Governo, é que um produtor de 400 hectares de arroz de sequeiro é considerado pequeno produtor rural. Evidentemente 400 hectares, nós dois concordamos, integralmente, de que não é um pequeno produtor na acepção da palavra.

Mas, no Paraná, isso é uma grande verdade, talvez em Goiás não seja. Então nós estamos chegando à conclusão de que, essa classificação que nós estamos adotando, por renda, ela tem uma deformação. Eu acredito que aquela proposição da Contag que está tramitando no Congresso, ela tem um aperfeiçoamento maior, porque ela se atém ao módulo rural e se atém, também, à prevalência de atividade do produtor: 80% da renda dele tem que vir da agricultura, certo, e ele tem que ter até tantos módulos. Então daí vamos ter uma classificação mais fidedigna. Eu confesso ao senhor que não tivemos oportunidade de entrar ainda nisto. Até lhe convidaria, seria um prazer, alguns amigos têm freqüentado o meu gabinete em Brasília, é das 7:30 às 21:30, são quinze horas de batida direta, tratando destes problemas e a gente, às vezes, não tem condições físicas de atender.

Nós estamos preocupados com este problema, eu em particular. Acho que tem que ser criada uma diferença. Se fazer uma arrumação nesta questão. Mas o Congresso Nacional está tomando esta providência e, a partir daí, deveremos, tenho pelo menos esta intenção, aumentar a diferença de tratamento entre o pequeno, o médio e o grande. A rigor são três grupos, os três representam na tomada de financiamento proporções semelhantes. Tenho este material e coloco inclusive à sua disposição.

Com relação à esta soma determinando a não cobrança da correção monetária, ela não abrange o crédito rural. Nós tivemos recentemente contatos com o Supremo Tribunal Federal, com a Procuradoria Geral da República, e constatamos a não abrangência

nestes contratos do Banco do Brasil. Consequentemente, o Banco do Brasil não tem nenhuma tendência derivada desta soma. Esta soma me parece que abrange uma outra matéria. Pego-lhe desculpas, não sou especializado nesta área de Direito, entretanto, se Vossa Excelência me fornecesse estes elementos, teria a maior satisfação em responder, através da nossa consultoria jurídica que tem este material à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Prezado amigo Fayet, serei breve porque me dou por satisfeito e feliz por revê-lo aqui trazendo, nesta hora difícil da vida nacional não só à agricultura, mas praticamente todos os segmentos importantes da vida nacional, mas vem aqui o amigo responsável por uma carteira do Banco do Brasil que ao Paraná é mais importante para nossa economia, com alguma esperança. Não fazendo como a avestruz, enfiando a cabeça na areia.

Como você me conhece bem, sou de Nova Esperança, noroeste do Paraná. O Troian falou em arenito do Caiuá e que a nossa cafeicultura foi substituída por pastagens e nas menores áreas, nas propriedades menores, felizmente Nova Esperança, Alto Paraná... aquela região, cerca de dez municípios, implantados lá há cerca de dez, doze anos, a sericicultura, a criação de bicho-da-seda, fez com que as pequenas propriedades fossem salvas e que embora esta cultura esteja sendo estimulada no noroeste do Paraná, o amigo também fez referência ao norte pioneiro, gostaríamos que sempre que o Banco do Brasil, e particularmente o amigo diretor, que puder ser nosso aliado em Brasília, pediria que protegesse a nossa área de Nova Esperança que é pioneira. Estou vendo inclusive algumas cooperativas, já que instalaram indústrias fora da região produtora, algumas cooperativas... não só instalando suas indústrias fora da área da produção, como também o encaminhamento de larvas para outras regiões, faltando na região produtora.

Nós agora temos, como sabe Vossa Excelência esta cultura não tem dado problemas ao Banco do Brasil, vem se mantendo e temos, agora, presente um projeto da maior importância para a nossa região, também para o Estado evidentemente, a citricultura paranaense, já estivemos por longos anos impedidos de plantar laranja, limão, citros de uma maneira geral; o Paraná, liberado que foi com sua grande área, especialmente a nossa a que me refiro, tem pelo menos na nossa região, um grande projeto de implantação de indústria que deve iniciar-se o ano que vem em Paranavaí,

visando o plantio inicialmente a implantação de seis mil hectares de laranjas e pelas informações que tenho, extraoficiais, que temos cerca de quatro mil hectares já plantados, mas que nós devemos cumprir essa meta de seis dentro de dois ou três anos. Mas as dificuldades que este projeto está encontrando para sua implantação no Paraná são muito grandes e agora presente-mente depende, inclusive, de liberação de recursos do BNDES.

Eu queria, sem fazer qualquer pergunta a Vossa Excelência limitar-me, em vez disso, pedir com a sua presença no Banco do Brasil, ser um advogado nosso, da nossa região na busca da consecução, do cumprimento do que visa esse programa de citricultura do noroeste do Paraná. Outros projetos existem, outro dia me parece que o Deputado Colombino falou da COROL, que é a cooperativa de Rolândia, mas para nós da nossa terra arenosa, com facilidade de erosão. Eu quero falar com poucas palavras, mas quero me referir à cana-de-açúcar que, além de gerar empregos para milhares de pessoas no noroeste, na nossa região do arenito caiua, também conteve a erosão porque a técnica implantada pelas indústrias de cana-de-açúcar é competente, é um aproveitamento total das áreas e com serviço de terraplanagem quase perfeito, impedindo que a erosão tomasse o caminho que vinha ameaçando não só a área urbana como também a rural.

Portanto, concluindo Fayet, eu queria que você fosse o nosso advogado também, que pudesse dar uma palavra a favor da citricultura do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Meu prezado Deputado Basílio Zambuso, eu até tenho a alegria de dizer que hoje nós tivemos uma reunião com cooperativas tratando dessa questão dos projetos de seda e dos projetos de citros. Os projetos de seda, com certeza, vão ser solucionados brevemente. Eu acredito que o Paraná ainda tem condições de implantar vários projetos de produção de seda e, assim, inclusive, ocupar regiões onde outras atividades não têm mais viabilidade. E com relação à citricultura, é uma questão um pouco mais complexa, nós no Banco do Brasil temos uma determinação, que não é minha, de temporariamente, nos afastarmos deste setor, até porque nós estamos envolvidos em problemas muito grandes do custeio rural e não dispomos de recursos adequados nesse momento para investimento, inclusive estes projetos estão sendo dirigidos ao BNDES. O que eu posso garantir a Vossa Excelência é o total apoio que o BNDES aprove esses projetos. Entretanto, a questão da seda eu acho que nós vamos ter uma solução interna

Curitiba, quinta, em 10.10.91

no Banco do Brasil para a minha alegria e para alegria desse pessoal que vai envolver-se nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa e a Assembléia agradecem a presença do Diretor Fayet nesta e pergunta a Sua Excelência se deseja fazer alguma exposição agora ao término de sua presença nesta Casa.

O SR. LUIZ ANTONIO FAYET - Sim Senhor Presidente, eu gostaria de renovar meus agradecimentos por esta oportunidade de estar aqui.

Esse encontro para mim, ele tem uma importância pessoal muito grande de reencontrar companheiros de política, companheiros de mesmo palanque e de palanques diferentes, mas que tiveram a coragem de enfrentar a vida pública, de se expor, de lutar pelas suas comunidades e de estar aí ainda lutando com esperanças, fazendo essas transformações.

Eu tenho observado que a classe política tem sido vilipendiada injustamente por alguns segmentos na sociedade brasileira e eu gostaria de fazer o meu desagravo.

Eu como político, como deputado que fui, sei o quanto é difícil o exercício dos mandatos e a dedicação a vida pública.

Então eu gostaria de dizer que me sinto satisfeito de estar neste ambiente, com companheiros ou com adversários, mas estamos aqui unidos discutindo seriamente os temas que são da nossa sociedade, que cada um pode enxergar de uma maneira diferente, mas que todos nós estamos envolvidos de uma maneira honesta, para tentar dar nossas contribuições.

Eu gostaria de dizer que com os nossos acertos, o governo do Presidente Collor está determinando uma revolução na agricultura brasileira. Uma está fazendo no setor industrial e que a sociedade não se apercebeu.

A sociedade não está ainda alertada, não está sentindo em toda profundidade o que representa a abertura da economia brasileira, permitindo a entrada de produtos importados, de componentes importados, de tecnologia importada porque isto vai causar uma grande transformação.

Essa importância talvez a gente pudesse medir comparando o caso japonês. O Japão é o país que mais importa tecnologia no mundo, compra de todo o mundo tecnologia e está onde está.

Nós temos que ter as nossas portas abertas. Temos é que nos capacitar para enfrentar o processo de competição, isto sim, mas não podemos nos isolar do mundo, particularmente porque o Brasil tem essa

chance de ser o primeiro mundo, talvez outros estejam condenados e não tenham essa chance.

Eu gostaria que os senhores, meus companheiros de política de vários partidos me entendessem, não como um adversário, mas como um representante do setor rural, representante do nosso Estado que sou junto ao Governador Federal, porque eu para receber as idéias, para aplaudir as iniciativas, como a do nosso Governador, no que tange a tributação, eu não tenho partido, eu tenho interesse maior ao que eu sirvo, que é o interesse da minha sociedade.

Eu acho que assim nós temos que marchar e eu reafirmo o meu apelo no sentido de nós fazermos um mutirão agora para consolidar essas conquistas do setor rural, para ampliar este processo de vantagens a quem produz, para reduzir paulatinamente a tributação a níveis civilizados e nesse processo eu acho que nós todos temos uma só bandeira.

Eu lastimo não ter podido fazer tudo o que eu queria, mas eu fico muito satisfeito de vir hoje a esta Assembleia Legislativa e ver o quanto foi possível construir quanto foi possível transformar de 15 de maio do ano passado até esse dia 10 de outubro de 1991.

Eu acho que é o começo de uma jornada que eu devo a muitas pessoas. Devo a políticos de diversos partidos, devo aos meus amigos, devo as lideranças do setor privado, do setor público, devo aos funcionários do Banco do Brasil, que não me faltaram nessa luta pelas transformações que nós pretendemos implantar.

Eu renovo meus agradecimentos e digo que estou integralmente à disposição dos meus companheiros da Assembleia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 124/91;

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 088/91, 253/91, 396/91;

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 120/91, 158/91, 165/91, 294/91, 321/91, 332/91, 333/91 e dos Projetos de Resolução n° 046/91 e 052/91.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 16.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, José Alves, Nelson Garcia, Renato Adur e Alceu Swarowski. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 99/91, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch e outros. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 417/91, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício n° 1037/91. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 418/91, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 419/91, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 17.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Alceu Swarowski e Rafael Greca, tendo justificado a ausência o Deputado Mário Bezerra. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 84/91,



de autoria do Deputado Algaci Túlio. O Senhor Presidente informa que o Relator deste Projeto é o Deputado Renato Adur, mas em função de seu não comparecimento justificado, solicita ao Deputado Nelson Garcia que faça a leitura do Parecer, já exarado pelo Relator. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para

constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário